



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 7/2023

SESSÃO ORDINÁRIA

Sessão realizada no dia 20 de dezembro de 2023, na escola EB1 de Porto Covo.

Presenças dos membros da Assembleia Municipal -----

Presidente: Idalino Sabido José (PS) -----

1ª. Secretária: Nádia Andreia Pacheco Vilhena (PS), substituída por Andreia Filipa Lobato Monteiro Ferreira -----

2º Secretário: Artur Licínio de Oliveira Martins (PS) -----

Tiago Jorge Guerreiro Santos (PS) -----

Sónia Margarida Silva Santos (PS) -----

Ricardo Ferreira de Brito (PS) -----

Rui Filipe da Silva Encarnação (PS) -----

Amélia João Chamorro Nunes (PS)-----

José da Silva Raposo (PS) -----

Edgar Filipe de Jesus Almeida (PS) -----

Ricardo Bruno da Silva Baltazar (PS) -----

Manuel António de Campos Botelho da Lança (MAISines) -----

Paula Schneider Silveira (MAISines) -----

Paulo César Lála de Freitas (MAISines) -----

João Gonçalo Barata Loureiro Cruz (MAISines) -----

Fátima Isabel Gomes Cardoso (MAISines), substituída por Rui Manuel Mattos Rodrigues Luz --

Gil Vasco da Silva Gonçalves (MAISines) -----

Ana Isa Plácido Correia (CDU) -----

Miguel Nuno Prata Pacheco (CDU) -----

Soraia Cristina Pinela Pereira (CDU) -----

António Francisco Almeida Roberto (CDU) -----

Joaquim António Lopes Serrão (PS) -----

José Pedro do Nascimento Arsénio (PS) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Presenças da Câmara Municipal de Sines: -----

Presidente: Nuno José Gonçalves Mascarenhas -----

Vereador: Fernando Miguel Ramos -----

Vereadora: Filipa Marta Torres Faria -----

Vereador: José Manuel Guerreiro Arsénio -----

Vereador: António Luís Barreiros da Silva Braz -----

Vereador: Gonçalo José Teixeira Pimenta Maldonado Naves -----

Vereador: Jaime António Pereira Pires de Cáceres -----

Eram vinte e uma horas e quinze minutos, quando o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, deu início à ordem de trabalhos da sessão, cumprimentando todos os presentes e dizendo: “assumimos um compromisso com o Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, em que esta Assembleia Municipal iria reunir, no mínimo, uma vez por ano em Porto Covo. Portanto, aqui estamos nós este ano, com muito gosto e vamos dar início a esta sessão. ---- O Presidente da Assembleia Municipal de Sines informou que a 1ª Secretária da Mesa, **Nádia Andreia Pacheco Vilhena**, por motivos profissionais não pode estar presente na Assembleia e solicitou autorização aos Deputados Municipais, que foi concedida, para que fosse chamada para a Mesa da Assembleia a Deputada Municipal **Andreia Filipa Lobato Monteiro Ferreira**. -----

A - Intervenção do público -----

Neste ponto, nos termos do regimento, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos munícipes presentes se pretendem intervir sobre algum assunto. Os Munícipes que entenderam intervir, fizeram-no em seguida. -----

O munícipe **André Luz**, diz “gostava primeiramente de agradecer ao facto de se juntarem mais uma vez em Porto Covo. Nós estivemos aqui há cerca de ano e meio, quando foram colocadas algumas questões da população de Porto Covo e chegamos aqui em 2023 e muitas delas não foram resolvidas. Então, eu passo aqui a elencar quais é que foram as mesmas. Bem, finalização do centro de dia de Porto Covo. Ninguém sabe quando é que o centro dia de Porto Covo vai ficar finalizado, se calhar hoje vão-nos dar aqui mais uma data, vai ser inaugurado para o mês que vem, vai ser em maio. Portanto, nós não sabemos quando é que o Porto Covo vai ter o tal centro de dia. A verdade



Ami
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

é que para mim acaba por ser até de âmbito pessoal esta minha preocupação, porque a minha avó faleceu o ano passado, foi uma das primeiras pessoas que esteve no centro de dia, ainda no clube, esteve aqui junto à escola primária, entretanto faleceu e não conseguiu ver o centro de dia inaugurado, mas viu chover no centro de dia que nós temos atualmente. -----

Depois, um dos outros temas em questão era a questão da solução para a água dos esgotos do Porto Covo. O problema já não é só da água, é também dos esgotos. Eu vou quase todas as manhãs para Sines trabalhar e é recorrente ver ali na zona entre o Porto Covo e São Torpes sempre ruturas, água ali a espirrar. Nós estamos numa crise de água, parece-me que não me faz muito sentido e preocupa-me nós deitarmos água fora. E depois também não temos água em Porto Covo, a solução dos Bombeiros estarem ali constantemente, quer dizer felizmente que o nosso concelho não tem problemas de incêndios, porque se não tínhamos que fazer aqui uma opção, ou temos combate a incêndios, ou temos abastecimento à população. Eu acho que temos que resolver o problema da água no Porto Covo, chega de discutirmos isto. -----

Depois, um outro tema que começa também aqui a ser um bocadinho premente, é a questão da reabilitação das vias rodoviárias no Porto Covo, sejam elas dentro da própria aldeia, que tem estradas todas “escavacadas”, mas também as estradas fora da aldeia, na zona rural. Nós temos a estrada da Cabeça da Cabra, que parece de terceiro mundo. Tinha sido para ser resolvido na altura quando foi a estrada que foi à Pouca Farinha, que foi à Ilha do Pessegueiro, que neste momento já começa a ter problemas e a outra estrada, o outro troço ainda nem sequer foi intervencionada. ----

Depois, mais um tema que tem a ver com a questão da limpeza regular de toda a aldeia. Nós temos um problema e penso que a solução talvez possa passar pela descentralização de competências, direi eu. Nós temos um centro histórico que está todo muito bonito e tenho a opinião que está bem, mas depois toda aquela zona, quer da parte da autarquia, quer por parte da Câmara, não está tão bem cuidado e depois gostava de falar aqui de algumas coisas que eu acho que são também assuntos que devemos discutir futuramente, são algumas oportunidades de melhoria. Nós não podemos ser uma freguesia que queremos ser modernos, queremos ter aqui investimentos e bem, e se for possível todo o investimento público em vez do privado, mas não podemos ser modernos e depois termos aqui coisas que não são corretas. Por exemplo, eu não acho nada normal apesar de sermos uma das freguesias que nem sequer tem um metro de uma ciclovía, quando temos um problema recorrente entre São Torpes e Porto Covo, não temos um metro de ciclovía, se calhar devíamos de pensar nisso, numa freguesia, um concelho mais verde. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Depois, parece-me estranho nós sermos aqui, digamos, um marco turístico do Alentejo como tantas vezes assim o dizemos e depois não temos uma praia na freguesia de Porto Covo com acesso para pessoas de mobilidade reduzida e não venham com a história do acesso da Praia Grande, daquela rampa, porque ninguém consegue colocar lá uma cadeira de rodas. -----

Depois, acho que estava uma questão de dignidade social, não darmos aqui um Wi-Fi público no jardim de Porto Covo, no largo Marquês de Pombal, àquelas pessoas que nos visitam, que são caminhantes, que vêm pela rota vicentina, que nos vêm visitar, chegam aqui e querem fazer uma história e pôr no Instagram, ou ao Facebook e para todas essas coisas e depois chegam a Porto Covo e não podem porque não têm Wi-Fi, têm que gastar do seu bolso. -----

E por fim, acho que é uma necessidade permanente e é essencial, é a criação de uma rotunda no cruzamento de São Torpes com a EDP. -----

Estas são as minhas preocupações, peço desculpa se fui muito agressivo, e a todos boas festas”. -

O município **António Moura**, diz “que estamos numa época em que se sentem os problemas de sazonalidade em Porto Covo. E eu fico às vezes com a ideia de que Sines não tem tanta sensibilidade para esse tema da sazonalidade, porque Sines tem toda uma série de empresas que trabalham o ano inteiro e Porto Covo tem um problema de sazonalidade. Seria diferente, por exemplo, se já tivéssemos o forte da Ilha do Pessegueiro a funcionar e fosse, por exemplo, um centro interpretativo, da biologia marítima, dos caminhantes, mas que trouxesse pessoas não só no verão, mas para o ano inteiro. Seria diferente aproveitando o facto de termos uma rota vicentina e que agora foi qualificada essa oferta com a ligação aos caminhos de Santiago, com a criação de percursos circulares em Porto Covo e isso é algo que se deve saudar, mas falta um tema fundamental que é a ciclovía. Fala-se sempre da ciclovía Sines - Porto Covo, mas num concelho que tem capacidade para realizar tudo e mais alguma coisa, fazer uma simples ciclovía vai-se atrasando e há sempre uma justificação para não se fazer essa ciclovía, como há sempre uma justificação para que o forte não esteja a ser utilizado. Eu gostava de deixar uma questão. Tenho lido que vai haver uma rota do património em Sines, deixo a pergunta, se essa rota do património também abrange Porto Covo? Penso que sabem que Porto Covo tem uma história muito importante, uma história que vem de Fenícios, Romanos, os Filipes, essa história está inclusive escrita num livro que irá ser lançado. Será que a rota do património vai dar um lugar importante também a Porto Covo? E gostava também de dizer que, penso que muitos sabem que existe uma associação em Porto Covo que se chama “Porto Covo Todo o Ano”, exatamente para refletir sobre



Alm
E *A*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

estes temas. O que é que é necessário fazer para que Porto Covo, estando ao lado de Sines, estando perto de Lisboa, estando no parque natural, o que é que é necessário fazer para que esse tema da sazonalidade não seja um tema em Porto Covo, e temos todas as condições para que isso não seja uma realidade como ela existe. -----

Dentro das reflexões que temos feito, um dos temas que Porto Covo se pode diferenciar é através da gastronomia. Porto Covo tem os trilhos de rota vicentina, Porto Covo tem património histórico e Porto Covo pode ser um local turístico muito à base da gastronomia. À conta disso enviámos, no dia 30 de novembro, um documento à Câmara Municipal de Sines, onde se propõe fazer um grande festival por alturas de outono, em que o tema seja “Porto Covo - Destino Gastronómico”. Esse documento está entregue na Câmara, não é um festival simples, não é um festival pequeno, é um festival que exige um investimento importante, mas é um festival que deveria servir para mostrar o que é a restauração de Porto Covo e da região, o que são os produtos naturais da região, nomeadamente o peixe, e isso é um festival de serviço para atrair pessoas influentes da gastronomia. A nossa associação também já foi falando com outras entidades, quer com unidades de turismo, com o ADL, com a Agência de Produção de Turismo do Alentejo e temos recebido uma receptividade grande, uma vontade grande de colaboração com a Câmara de Sines e com o Porto Covo, para que esse festival possa ser realizado, mas ele só poderá ser realizado se da parte da Câmara de Sines também houver essa vontade, porque há todo um papel importante que a Câmara tem, quer em termos de logística, quer em termos de financiamentos, porque senão também nada se pode fazer. Pronto e era isto que eu gostava de vos comunicar e só também um pedido em relação ao cruzamento Sines, São Torpes. Quem vai de Porto Covo para Sines chega a esse cruzamento e está lá uma placa virada ao contrário, que diz Porto Covo e aponta para Sines. Já as pontas estavam todas viradas ao contrário, já houve alguém que as corrigiu, mas a outra a de Porto Covo é a última e não devem ter chegado lá acima, por isso quando chegamos ao cruzamento, se quisermos ir para Porto Covo indica-nos para ir para Sines”. -----

O munícipe **José Costa**, diz “relativamente à questão da renovação, substituição da rede de águas, se há alguma previsão, lembrando que no ano passado, se não estou em erro, a Assembleia de Freguesia de Porto Covo aprovou por unanimidade uma moção de recomendação à Câmara Municipal, no sentido de recomendar que fosse incluído no orçamento e no plano de atividades para 23, a renovação dessa rede de águas, ou se não para quando, dado o crescimento exponencial que Porto Covo está a ter neste momento e que é sempre mais fácil prevenir do que remediar. ----



1
A.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Em relação ao forte do Pessegueiro é uma pena não ter outro tratamento. Eu tive conhecimento que o ano passado na Assembleia da República foi feita uma pergunta ao governo sobre a situação do forte e de recomendação da sua recuperação e passagem a utilização público e pareceu da resposta que o Ministério da Cultura, que foi a quem foi dirigido, que teria alguma falta de conhecimento da situação. Em relação à extensão de saúde que está a ser construída, que saúdo, esperemos que não demore tanto tempo quanto o Centro de dia, mas levantava aqui uma questão. Nós tínhamos médico aqui em Porto Covo quatro dias por semana e neste momento temos médico três vezes por semana. Se está também previsto, e agora com a descentralização de competências do governo para as autarquias, que Porto Covo passe a ter médico diariamente ou não? -----

Em relação a este espaço onde nós estamos, há a questão da água quente. A caldeira não funciona e que temos aqui crianças, sobretudo as dos três anos. Portanto, saber se há alguma solução para a situação da caldeira, que já dura há algum tempo, se calhar há mais de um ano”. -----

O munícipe **Pedro Martins**, diz “chamo-me Pedro Martins, sou filho do Tó da Padaria, neto do Fernando Azeiteiro e bisneto do Raul Marta, que foi o fundador da padaria. Temos a empresa com perto de sessenta anos na família e eu sou a quarta geração de empresários na minha família. -----

Tenho desde 2019 um projeto para sair no largo Marquês de Pombal que se chama “A Branca” e finalmente este ano consegui as licenças. Infelizmente aconteceu-me uma situação caricata nas Músicas do Mundo. Os fiscais abordaram-me, disseram-me que a licença que eu tinha não estava de acordo com o regulamento, porque como todos sabem no largo Marquês de Pombal toda a gente que tem casas de restauração coloca tiradores de imperial e fecha as suas esplanadas com balcões, por uma questão de segurança. Como os fiscais disseram que a licença não respeitava o regulamento, dirigi-me aos serviços da Câmara. Nenhuma das funcionárias na Câmara conhecia uma licença específica para esta situação. Recomendaram-me enviar um e-mail à Câmara Municipal, enviei o mail, fui direcionado para os serviços e recebi depois outro e-mail da senhora Secretária Laura Lázaro, a dizer que eu poderia trabalhar, por que o senhor Presidente e a senhora vereadora, tinham feito um despacho. O que é certo é que fui autuado, já paguei a multa, enviei antes de pagar a multa um mail novamente à Câmara a pedir que assumissem também a responsabilidade, porque se eu não tinha a licença foi porque também na Câmara não havia, e de facto é esta a situação caricata. Os fiscais da Câmara exigiam-me uma licença que os próprios funcionários da Câmara desconheciam e, portanto, é uma situação caricata, pronto. -----

Queria perguntar ao senhor Presidente qual é que foi o critério dos fiscais, porque segundo sei, fui



Almuni
S.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

o único a ser autuado, estão lá mais quatro empresas que fizeram a mesma coisa do que eu e existem dois concessionários que a Câmara tem e quem ganha a concessão de cerveja e que monta tal e qual como eu. Portanto, eu penso que fui o único e já agora, gostaria de saber qual é que é a licença, porque não existe, gostava agora de saber, uma vez que fui autuado. -----

Eu recordo que para lá estar no largo Marquês de Pombal, eu paguei, há quatro anos que estou a tentar fazer um negócio, paguei o IMI, o IMT, taxas e taxinhas que o estado português me obriga. Portanto, eu acho que tenho todo o direito de trabalhar e deixo a sugestão que para o ano a comissão das festas do FMM faça uma reunião com todos os intervenientes, inclusive os fiscais, para não andarmos uns contra os outros. Eles estão a fazer o serviço deles e eu também estou lá para trabalhar. Agora, acho que era correto pelo menos todos sabermos e todos estarmos dentro daquilo que são as regras e respeitarmo-nos uns aos outros. Queria apenas dizer que como empresário e sou talvez dos mais jovens aqui do meu concelho, gostaria muito que a Câmara apoiasse os novos empresários e peço uma coisa, já que não me ajudam, não me prejudiquem, deixem-me trabalhar”.

O munícipe **João Santos**, diz “a minha intervenção vem de acordo com aquilo que tem sido as intervenções em assembleias anteriores, em Sines, são questões que já foram colocadas por elementos do público. A questão do lote duzentos e vinte, mantenho a minha questão que é, quando é que resolvemos aquilo que pode ser a solução para a fixação de pessoas, de jovens em Porto Covo. A questão da água também já foi levantada, gostaria de saber se existe previsão para aquilo que é a resolução dos problemas da água que temos tido há muitos anos. -----

A repavimentação e o que é a pavimentação das ruas de Porto Covo, há a estrada da Cabeça da Cabra, na última Assembleia que estive, que tive o prazer de questionar sobre a repavimentação, o senhor Presidente informou-me que o concurso tinha ficado deserto. A minha questão é: já voltou a abrir concurso, como é que está, se há perspetivas de quando para alguma coisa. -----

A minha última questão prende-se a nível de assembleias de Freguesia. Tenho ido a todas as assembleias de Freguesia, sempre que o meu horário laboral o permite e por vezes são debatidos problemas a nível de município, onde o Presidente da Junta de Freguesia informa que irá reivindicar, que irá pedir, que irá chegar perto da Câmara para vir reivindicar aquilo que é as obras, as necessidades da freguesia. A minha questão é: não chegando as obras ou não se fazendo as obras, ou as necessidades que são da nossa freguesia, não terá o Presidente da Junta de Freguesia o peso político necessário, ou é o município de Sines que se esquece da freguesia de Porto Covo? Só para terminar, gostaria de dar os parabéns a todos os portocovensenses que estão presentes para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

reivindicar aquilo que é a nossa freguesia, mas também gostava que todos estivessem presentes nas assembleias em Sines, não só aqui em Porto Covo, mas também em Sines”. -----

O munícipe **António Rodrigues**, diz “está aqui hoje um conjunto de trabalhadores da autarquia, cabe-me a mim falar em nome de todos. É a segunda vez que vimos a esta Assembleia Municipal para ver se o executivo nos consegue ouvir, uma vez que temos tentado por todos os meios, sem obter respostas, sobre o suplemento de insalubridade e penosidade. O primeiro abaixo-assinado entregue ao executivo foi dia 07-06-2022, o segundo dia 15-05-2023, sem obtermos resposta escrita. O executivo transmitiu-nos recentemente que vai decidir responder positivamente sobre algumas matérias dos abaixo-assinados. Percebemos a importância da fundamentação para a explicação destas matérias, mas quase um ano e seis meses é tempo demais, os trabalhadores continuam sempre a executar as suas tarefas em condições de penosidade e insalubridade, sem receber o que lhes é devido, enquanto todos os concelhos da região de Setúbal os trabalhadores já receberam, lhes foi atribuído com retroativos. -----

Outra das questões que nos traz cá, é a preocupação com a possível alteração de horários de trabalho, ilegais à luz do nosso acordo ACEP, onde se prevê o descanso semanal que são dois dias consecutivos, sendo sexta e sábado, sábado e domingo, ou domingo e segunda. O que se ouve é que a alteração dos horários não vai prever esta obrigatoriedade. Contudo, falamos das avaliações de SIADAP, é de louvar já terem saído, mas o espaço de quinze dias para tratar de todos os trabalhadores do município, para receber este mês ainda, rondou onze meses para serem tratadas das avaliações. Mais uma vez se vê o respeito deste executivo por os trabalhadores que tratam do nosso concelho. Sem mais assunto, muito boa noite”. -----

O munícipe **José Pratas**, diz que “os assuntos que eu tinha a falar, muitos deles foram falados. Todos nós somos fregueses desta freguesia, todos ansiamos pelo bem da nossa freguesia e há coisas que são crónicas há montes de anos e o que eu peço é assim: a Câmara ao aprovar montes de projetos, ainda bem que aprova, acho que ainda está a andar com o carro à frente dos bois, porque os projetos, conhecemos o caso aqui deste, dos hotéis, dos apartamentos que estão aí, está-se a aprovar, a Câmara está a aprovar, muito bem é riqueza para a terra, movimento, então, mas as infraestruturas? A Água, os esgotos, a internet. Até as Brunheiras já tem fibra ótica, Porto Covo é um deserto, no verão alguém que queira trabalhar aqui em Porto Covo não consegue, porque não tem a net, tem uma sobrecarga por causa do turismo e ninguém consegue trabalhar aqui, porque infelizmente é péssima a internet que temos aqui em Porto Covo. A estrada da Cabeça da Cabra



Am.
P.
X

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

também já foi falado, o lote que era a custos controlados também, e era também para sabermos o porquê desse lote não andar, o porquê do Centro de dia estar ali com aquele aspeto, até mesmo por dentro, como estava por fora, já teve duas intervenções nos cabos da luz, aquelas calçadas, é ervas, é tudo, aquilo tem um aspeto péssimo, aquilo parece que está tudo abandonado, parece já este lote que está aqui ao lado da escola, dá um aspeto terrível, que não abre, mas pelo menos por fora o que se pudesse fazer, as empresas que estragaram que a Câmara os obrigasse a repor”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos munícipes. “É um prazer voltar aqui a Porto Covo nesta condição, numa Assembleia Municipal. Já tinha cá estado no fim-de-semana, durante a feira, e queria aproveitar para dar os parabéns à Junta de Freguesia por aquela realização, em conjunto com a Câmara, que achei muito interessante e deve ter continuidade. -----

Relativamente às questões que foram colocadas, começava pelo munícipe André Luz, e vou tentar resumidamente fazer um ponto da situação. O centro de dia de Porto Covo está concluído, faltam os arranjos da calçada, uma vez que foi necessário passar duas ligações elétricas, uma para o centro de dia de Porto Covo e outra para o polo de saúde. A EDP fez no passado dia 12 a ligação, falta apenas testar os equipamentos e fazer as respetivas vistorias. Em coordenação com o Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, consideramos que não devíamos colocar as pessoas dentro do equipamento, uma vez que neste momento as condições existentes na escola primária são muitas melhores, comparativamente com os pré-fabricados onde estavam, portanto vamos aguardar mais algumas semanas para serem efetuadas as vistorias, passar as licenças e, ao mesmo tempo, a calçada ser reposta, de forma a que os utentes possam passar definitivamente para as novas instalações. -----

Relativamente às questões relacionadas com a água e esgotos, temos tido um problema nos últimos tempos relacionado com o abastecimento da água a Porto Covo, algumas situações foram provocadas por obras que estão a decorrer na zona da ZIL's e que ao causarem algumas roturas, provocaram um problema no fornecimento da água, mas obviamente que temos a noção que a água que cá chega é insuficiente. O que é que neste momento está previsto fazer? Adjudicámos a construção de um tanque de cerca de trezentos metros cúbicos para ser colocado ao lado do atual depósito da água, logo será um reforço de armazenamento, faltando apenas fazer a laje em betão, porque uma vez que o depósito já está feito. Vamos também ter um novo furo, de forma a reforçar o abastecimento de água a Porto Covo, ao mesmo tempo que iremos reforçar a conduta até ao



F.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

depósito. Relativamente ao furo, existe um problema, uma vez que os terrenos são privados, mas o vereador Fernando já contactou os proprietários, dado que precisamos das suas autorizações. A atual conduta, para além de ser insuficiente, tem também problemas devido à idade, à degradação e tem provocado uma série de roturas, uma das causas da falta de água em Porto Covo. Também a conduta de São Torpes que abastece Porto Covo, precisa de uma intervenção, uma vez que em determinada zona, a conduta que é de duzentos e vinte, passa para cento e dez, existe um afunilamento que prejudica o abastecimento de água. Para resolver esta situação, esperamos ter o projeto concluído até final deste mês, por forma a, no início do ano, possamos lançar o concurso para execução da obra, ou seja, passar de uma conduta de cento e dez, para duzentos e vinte, de forma a que também possa existir um maior caudal a chegar a Porto Covo. -----

Relativamente à questão dos esgotos há também um projeto que está neste momento em execução, para reformulação de toda a ETAR de Porto Covo, é um projeto complexo e que esperamos que possa também este ano ser colocado a concurso. -----

As estradas de Porto Covo e a estrada da Cabeça da Cabra. O projeto já estava concluído, mas em virtude do aumento de preços que surgiram no último ano, houve necessidade de reformular o projeto, o projeto agora é muito mais dispendioso, mas julgamos que no início do ano será lançado esse concurso para a nova estrada da Cabeça da Cabra. Eu julgo que não falou nessa questão, mas informo que o concurso inicial para o lote de Porto Covo ficou deserto e passado todo este tempo, os projetos tiveram que ser reformulados. Relativamente ao lote de Sines avançou e estará concluído no início de janeiro, faltam apenas as marcações, uma vez que a obra em si dos betuminosos foi concluída há cerca de duas/três semanas. Não podíamos lançar o novo concurso com o atual concurso a decorrer, penso que há condições no mês de janeiro também para lançar este concurso para a repavimentação de algumas artérias de Porto Covo, com uma agravante, no projeto inicial muitos dos arruamentos necessitavam apenas de uma camada de Slurry, neste momento com a degradação e com o passar do tempo, é necessário ter uma camada de desgaste, daí também a necessidade de reformular o projeto. -----

Relativamente à limpeza da aldeia, aquilo que refere corresponde quase à verdade, existem duas áreas distintas, uma que é mantida pela Junta de Freguesia e outra pela Câmara, com recurso a empresas externas. Existiu uma melhoria significativa na recolha do lixo com recurso também a um prestador de serviços externos, tendo o feedback que neste verão as coisas correram bem. Esta parte que correspondia à Câmara vai passar para a Junta de Freguesia, chegámos a acordo com a



Alm
P.
X

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Junta de Freguesia. Neste momento o contrato interadministrativo está a ser preparado, para ter o parecer da Junta de Freguesia e entrar em vigor já no próximo ano. -----

Relativamente às oportunidades de melhoria, eu concordo com aquilo que referiu. A questão da ciclovía é verdade, temos o projeto concluído entre Sines e Porto Covo, mas infelizmente temos parecer negativo do ICN e não sabemos como é que vamos atravessar São Torpes, se fazer uma ponte aérea, se dar a volta, é muito complicado. Para além disso existem outras questões relacionadas com o parque natural que tona este projeto ainda mais complicado, mas o projeto está todo concluído, ciclovía e ecovia, é um projeto de algum montante, mas é um projeto que iremos concluir até ao final deste mandato. -----

Relativamente à mobilidade no acesso às praias, eu tomei nota, obviamente que temos melhorado bastante, aliás, uma das prioridades nos últimos anos foi a melhoria das acessibilidades às praias em Porto Covo, não apenas com a criação de estacionamento, como também de escadas de acesso e não só. Estamos ainda com um projeto que a Junta de Freguesia nos solicitou, porque são necessárias acessibilidades a outras praias que não estavam previstas inicialmente. O projeto está neste momento em execução de forma a melhorarmos a qualidade nos acessos às praias, independentemente de serem ou não de uso balneário. -----

Relativamente ao Wi-Fi público a Câmara ainda não temos uma empresa que possa fazer esse trabalho, mas vamos acompanhar esta questão por forma a que seja uma realidade. -----

Relativamente à necessidade de criação de uma rotunda em São Torpes, concordo totalmente, estamos em sintonia e concordamos neste ponto e a minha insistência foi tal que a rotunda vai ser feita, portanto o projeto está concluído, não é a Câmara que vai pagar, porque estamos a falar de uma estrada nacional gerida pela IP, o concurso foi lançado pela AICEP Global Parques, neste momento só precisa de uma autorização do IAPMEI, para que as estradas de Portugal fiquem com a propriedade dos terrenos envolventes da rotunda. -----

Relativamente ao senhor **António Moura**, a questão da sazonalidade é mais que conhecida, mas obviamente tal como já foi transmitido anteriormente, o nosso objetivo é sempre trazer eventos para Porto Covo fora da época alta, aliás já acontece com muitos dos eventos desportivos como o Trail Santiago do Cacém - Porto Covo, como o BTT Alvalade - Porto Covo, mas existe a necessidade de facto de encontrar aqui outras soluções. -----

A questão que referiu do forte da Ilha do Pessegueiro, é um equipamento que não é nosso, a Câmara vai utilizando para que o mesmo não se degrade, há a necessidade de fazer uma grande intervenção,



P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

principalmente na parte de baixo do próprio forte, que é claramente notória a degradação, já insistimos com várias entidades para que a mesma fosse feita, mas tem sido difícil convencer, uma vez que até agora nenhuma dessas entidades mostrou disponibilidade. -----

Relativamente à questão que falou da ciclovia, não é apenas uma simples ciclovia. Para além de custar mais de um milhão de euros, tem essa necessidade de aprovações de outras entidades e aí a Câmara não se consegue substituir e como sabe hoje em dia é complicado fazer pressão sobre determinadas entidades, temos de ter aqui algum cuidado. -----

Quanto à rota do património que refere é a rota do património relacionada com o Vasco da Gama. Portanto, é um objetivo que nós temos, não apenas o local onde Vasco da Gama viveu, a casa onde nasceu, a igreja que mandou reconstruir, portanto este é um objetivo claro. Não quer dizer e na sequência de conversas que temos tido com a Junta de Freguesia e que obviamente também vamos ter com a associação “Porto Covo Todo o Ano”, podemos encontrar modelos que sejam apropriados para aplicar também em Porto Covo, porque como disse e bem Porto Covo tem um conjunto de trilhos, de rotas, de outras mais-valias que por acaso Sines não tem e é preciso encontrar aqui um equilíbrio para potenciar essas rotas e essa oferta que existe em Porto Covo. --

Relativamente ao documento que enviou, nós estamos a analisar e falaremos brevemente sobre essa questão. Existe naturalmente disponibilidade da Câmara Municipal de Sines, mas eu não podia deixar de referir a iniciativa que a própria Junta teve de criar uma mostra de vinhos no verão, no mês de junho, que é também um caminho muito interessante, foi um evento apelativo, que eu julgo que tem condições para ser repetido durante os próximos anos e isso diz também do trabalho que a Junta está a fazer, no sentido de encontrar soluções alternativas que possam atrair mais visitantes a Porto Covo, porque obviamente se vierem a Porto Covo temos todos a ganhar. -----

Relativamente ao senhor **José Costa**, renovação da rede de águas, a previsão é aquilo que eu disse, portanto são intervenções que vão acontecer no curto prazo, algumas previstas para este ano, há investimentos que são muito significativos que estão previstos não apenas este ano como nos próximos, estou a falar da reabilitação da ETAR de Porto Covo, mas também na criação de novas áreas de abastecimento da água e, portanto, novas condutas. Aquilo que nós estamos a prever e o projeto que está neste momento a ser executado, é a criação de um grande depósito à entrada de Porto Covo, estamos a falar de um depósito de cinco mil metros cúbicos, para receber a água diretamente de Sines e desta forma existir mais uma fonte de redistribuição. Mas ao contrário daquilo que se pode pensar, se para Sines a construção de um depósito de cinco mil metros



Alm.
P.
Ø

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

quadrados é algo pacífico, no caso de Porto Covo não o é, porque um depósito de cinco mil metros cúbicos tem outros problemas, uma vez que o depósito não pode estar cheio todo o ano, como sabe o consumo durante o inverno é muito mais reduzido e essa água não pode estar estagnada. Portanto, tem que haver aqui tecnologia que permita que a água possa circular, ao mesmo tempo que o depósito não está vazio. Este é um equilíbrio difícil, mas obviamente estamos a estudar e a tentar encontrar soluções alternativas. -----

Relativamente ao centro de dia de Porto Covo, penso que já respondi. Relativamente ao forte do Pessegueiro é uma pena que o património do estado não possa ter um tratamento diferente, aliás, a própria Junta tem insistido junto de nós para fazermos pressão para que exista um contrato que permita fazer alguns investimentos que são absolutamente essenciais para potenciar o forte. -----

Relativamente à extensão de saúde de Porto Covo a obra está atrasada. Fui informado pela Presidente do Conselho de Administração da unidade local de saúde, que a obra era para estar concluída no início do ano, mas neste momento estará a cerca de quarenta e cinco por cento, problemas também com o empreiteiro, mas neste caso não é uma obra nossa. -----

A questão que focou relativamente aos médicos. Houve descentralização de competências, não no caso dos municípios do Alentejo Litoral, uma vez que há uma unidade local. Eu já tive oportunidade de falar com a Presidente do Conselho de Administração, no sentido de sensibilizar para a necessidade de termos pelo menos mais um médico em Sines e termos um médico em Porto Covo, que é necessário e com o novo polo de saúde mais se justifica. -----

Relativamente à escola tomei nota, não sabia desse problema com a água quente, mas obviamente vou ver essa questão. A questão da habitação, temos alguns números que eu gostaria de analisar. Independentemente do número de pessoas que possam vir trabalhar nos próximos anos para Sines, quer na construção das fábricas, quer depois em permanência, a estimativa que nós temos é que em permanência nos próximos, talvez a próxima década, tendo noção à partida que alguns dos investimentos podem cair, falamos à volta de quatro mil e quinhentas, cinco mil pessoas em permanência, ou seja, para viverem. Obviamente que em fase de construção podemos ter quatro, cinco, seis, sete mil pessoas, mas esses não ficarão todas em Sines, umas estarão em Santo André, Santiago, Vila Nova de Milfontes, por aí fora. Relativamente àquelas que necessitam de habitação permanente e que vêm viver para o concelho, a Câmara tem colocado à venda um conjunto de lotes que têm sido vendidos na sua totalidade, nós neste momento teremos entre privados e públicos vendidos pela Câmara, cerca de quatrocentos, quatrocentos e cinquenta fogos, neste



P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

momento um dos loteamentos com cerca de setenta, oitenta, já começaram as obras, existem mais dois que também já têm projetos aprovados, temos cerca de cem fogos que a Câmara remeteu e cujos projetos também já estão em fase adiantada, julgamos que daqui a dois anos teremos mais habitação, mas temos consciência que não será suficiente. É nossa intenção no próximo ano tentar colocar no mercado, pelo menos, mais cento e cinquenta fogos em Sines. No caso de Porto Covo, para além do problema que tivemos com o empreiteiro que queremos resolver, relativamente ao lote duzentos e vinte, julgamos que há condições agora para retomar a obra com outro empreiteiro. Existem, igualmente, um conjunto de loteamentos que são privados, que não são turísticos, que podem ser uma mais-valia para a freguesia de Porto Covo. Obviamente depende muito da iniciativa privada, mas estou em crer que poderão existir algumas soluções, na sequência da legislação que recentemente saiu, que poderá contribuir para o incremento de mais habitação em locais que anteriormente não seria possível, que se destinavam ao comércio e serviços. Pode haver a possibilidade de as câmaras municipais eventualmente aprovarem essa alteração, estamos a analisar essa solução, de forma a que seja possível não só em Sines, como também em Porto Covo. Senhor **Pedro Martins**, relativamente ao processo de licenciamento, eu julgo que foi aprovado este ano. Certo? Este ano de 2023, mas curiosamente o ano passado o senhor já tinha vendido cerveja no largo, mesmo sem licença. -----

O munícipe **Pedro Martins** diz “exatamente. Tirei a licença, foi-me permitido tirar a licença de ocupação da via pública”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, pergunta ao munícipe “então afinal já sabe qual é a licença? Se for essa, só pode ser, não é”? -----

O munícipe **Pedro Martins** diz que não. “Desculpe, mas segundo o critério dos fiscais não cumpre o regulamento”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, diz que “não cumpre o regulamento. Vou tentar perceber o que se passou, porque se as outras casas que têm licença de porta aberta e têm a licença de esplanada podem vender, vou tentar perceber o que se passou neste caso, mas eu julgo que não é perseguição, não haverá aqui nada, vou tentar perceber. -----

Relativamente ao senhor **João Santos**, fixação de jovens é de facto importante, esta questão do lote duzentos e vinte não é suficiente, terão que existir aqui outras soluções. O problema da água, penso que já falei, repavimentação de Porto Covo também, o concurso ficou deserto e o projeto foi reformulado como eu disse há pouco. Relativamente ao Presidente da Junta não ter poder



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

suficiente, não concordo, tem e ele até me convenceu a aumentar a comparticipação no próximo contrato interadministrativo, mas também não foi difícil porque nós temos essa política de tentar descentralizar e aquilo que conseguimos foi que a Junta tivesse aqui um papel ainda mais preponderante naquilo que é a requalificação da aldeia de Porto Covo e da manutenção dos espaços que ficarão afetos à Junta, no âmbito dessas competências. -----

Senhor **António Rodrigues**, relativamente aos trabalhadores, ao suplemento de penosidade de insalubridade, esse é um assunto que está agendado para ser tratado numa reunião na próxima semana e está também agendada uma reunião com o sindicato, salvo erro no dia 10 ou 11 de janeiro. Até lá a Câmara vai tomar uma posição, aquilo que referiu que há outros municípios que já estão a praticar este tipo de subsídio é verdade, mas também no município de Sines há outros colegas seus que já o recebem, é uma questão de análise. A Câmara teve que pedir os pareceres que considerou importantes e necessários para tomar uma decisão e no mês de janeiro iremos tomar essa decisão. -----

Relativamente ao descanso semanal que falou, obviamente que temos de cumprir a lei. Relativamente ao SIADAP, cumprimos a lei, até final de 2023 as avaliações estão aprovadas, estão homologadas e os trabalhadores irão receber aquilo que têm direito, também com retroativos. ----

Relativamente ao senhor **José Prata**, a Câmara aprovou vários projetos. É verdade, concordo consigo, só que se a Câmara não tivesse aprovado os projetos, se calhar, eles iam para outro sítio, a maior parte deles. Portanto, houve a necessidade de conseguir ou tentar encontrar soluções que fossem céleres, é verdade que há um conjunto de infraestruturas que são necessárias, mas estamos a trabalhar até com os próprios investidores, os próprios promotores, no sentido de encontrar soluções. A internet já respondi, o lote duzentos e vinte também, nunca disse que seria a custos controlados, portanto é um lote que está no âmbito da estratégia local de habitação, vamos ver qual é a melhor solução. O centro de dia também penso que já respondi, a questão da calçada é mesmo o subempreiteiro que terá que resolver o problema rapidamente”. -----

B - Período Antes da ordem do dia -----

Neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se há alguma questão que queiram ver abordada neste ponto. Depois, dá a palavra aos mesmos. -----

O deputado **Paulo Freitas** diz “eu sei que o senhor Presidente da Câmara não é o Pai Natal, mas afinal qual é que é a data de abertura do centro de dia de Porto Covo? Acho que isso é a questão



P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

que toda a gente quer saber, já sabemos que foi adiada várias vezes, nós queremos é saber afinal quando é que vai ser aberto, quando é que está ao serviço da população, acho que isso é o que interessa a todos aqui presentes e pelo menos dava uma data definitiva sobre essa questão. -----

Outra questão, a sinalização das passadeiras na avenida General Humberto Delgado e tendo em conta os problemas que têm sucedido e que não são poucos, como é que vai acontecer, se está previsto algumas novas lombas por causa do excesso de velocidade que a população se queixa e com razão. Habitações na Sul Nascente, qual é que é o prazo de resolução para a questão do saneamento? Eu acho que já vai haver pessoas a habitarem lá e acho que aquilo não tem condições de saneamento básico. Reabilitação da praça da República e do mercado municipal. Há previsão para a abertura do concurso, ou vai continuar a ser adiado constantemente? -----

Depois também falei com o executivo sobre o elevador. Disseram-me que ia haver uma reunião por causa do elevador, eu não sei qual é que foi o resultado da reunião, mas presumo que não tenha sido grande coisa, porque o elevador desde essa altura está no estado que nós sabemos. -----

Outra questão, qual é que é o ponto de situação dos diversos investimentos no concelho, vai andando, vai parado? Pronto acho que também necessitamos de saber essa questão, tal como a questão que falámos há uns meses atrás por causa do abate dos sobreiros, afinal qual é que é o ponto de situação? Outra coisa para reflexão é em relação à vigilância. Nós temos tido um ligeiro aumento de criminalidade, nós sabemos que as coisas não estão como devem ser, tem havido muito frenesim com essa situação, há alguma intenção do executivo para falar com o MAI, para tentar, não sei, aumentar o contingente, algum tipo de proteção?”. -----

O deputado **Gil Gonçalves** diz “a minha primeira questão é aqui em relação ao Porto Covo, à questão da água que também já foi mencionada, mas eu percebi pelo que o Presidente disse que ia haver uma resposta imediata, que era em relação ao esforço do reservatório e a intenção de mais um furo. O que eu não percebi é se vai haver um plano de reestruturação do sistema de transporte de água, que é um sistema que tem, não sei, trinta, quarenta anos e que sofre de grande deterioração e que afeta a chegada da água a Porto Covo. Agora com o aumento do comércio, com o aumento da habitação em Porto Covo e não sei se essas medidas serão suficientes para dar resposta e quem tiver o problema de resolver esse sistema de transporte vai ter aí uma questão grande e complexa. A segunda questão que queria fazer é em relação ao edifício da Ancorope, em Sines. Com a chegada da época festiva, do natal e do ano novo, muita gente sabe que para os Bombeiros, para a Proteção Civil, aquele edifício é uma preocupação, portanto é um edifício que por si só sempre



Quim J.
P.
ex

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

esteve associado a muitos problemas de criminalidade, de tráfico de droga, de prostituição e que nesta altura os Bombeiros, por exemplo, queixam-se que estão sempre aflitos, que não vá haver um incêndio na Ancorope, com o elevado número de pisos que existem, com os problemas em acesso em elevadores com os extintores, que no caso dos extintores, parece que agora já é uma questão que já está resolvida, a manutenção dos extintores, mas que nem sempre foi assim, que chegava a haver incêndios no piso superior, no piso inferior e para os bombeiros socorrerem as pessoas era sempre uma complicação e o Presidente enquanto responsável pela Proteção Civil, penso que deveria haver um plano de emergência para a intervenção no edifício da Ancorope, e perguntava se isso está a ser pensado, ou o que é que está a ser feito”. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, **José Pedro Arsénio**, diz “começo por agradecer ao senhor Presidente da Assembleia por cumprir a sua palavra e trazer a Assembleia mais uma vez a Porto Covo, porque é a cumprir a palavra que nós damos dignidade aos órgãos que aqui representamos. Gostaria de completar aqui algumas intervenções e dizer-vos que como jogo em casa tenho a função muito mais facilitada, porque hoje toda a gente quer falar de Porto Covo e não sou eu sozinho. Por isso, não posso discordar de nenhuma intervenção, mas aquilo que gostava de complementar, nomeadamente aquilo que o **André Luz** aqui traz, são assuntos abordados em todas as assembleias de Freguesia. Também ficou provado que as respostas que lhe dou na Assembleia de Freguesia correspondem à realidade, porque a minha resposta e a resposta do senhor Presidente da Câmara são iguais, porque são as respostas que me são dadas a mim também e transmitir-lhe que a diferenciação entre a limpeza daquilo que é a zona consolidada, já em termos de descentralização, e aquilo que é o artigo quarenta e sete e o Arneiro, devo-lhe dizer que não é só o executivo que faz bem a sua função, mas sim são os funcionários, porque são eles que executam essa limpeza e permitam-me só esta nota. É um facto que hoje vamos falar muito de Porto Covo, porque aqui estamos, eu vou deixar a intervenção sobre aquilo que são as infraestruturas para o ponto do orçamento. -----

Senhor Presidente, há três assembleias municipais que lhe trago a questão da comissão toponímica. É necessário reunir a comissão, há zonas em Porto Covo que ainda não são servidas pelo serviço postal. Nas zonas rurais nós criámos as caixas postais, estão-nos a levantar a questão que é preciso dar nomes às ruas, quando aquelas ruas são caminhos vicinais. -----

Sobre aquilo que é o médico de família, não tínhamos médico quatro dias, tínhamos médico três dias e meio, aquilo que fizemos foi com a saída do médico reivindicámos a vinda de um novo



P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

médico, a unidade local de saúde subscreveu e cumpriu com aquilo que se comprometeu connosco. Em conversa com a médica, que temos o gosto de a transportar todos os dias, porque não tem transporte, dirigi-lhe o pedido de me perccionar se poderíamos reivindicar os cinco dias na semana para termos médico de família. A médica disse que era excelente se pudesse dar os cinco dias em Porto Covo e em novembro fizemos um ofício à unidade local de saúde que ouviu a nossa pretensão e no início de janeiro temos uma reunião marcada, que teríamos todo o gosto que a Câmara se associasse a essa reunião. -----

Sobre o serviço Wireless, aquilo que o André Luz quis dizer, é o serviço Wireless gratuito numa zona específica da localidade e nós já abordámos esta questão não há muito tempo e aquilo que é o serviço de fibra é outra coisa totalmente diferente e também já falámos sobre ele. -----

O deputado **Miguel Pacheco**, diz “queria começar aqui a falar da questão da criminalidade e da violência que tem existido em Sines nestas últimas semanas. Não sei se o senhor Presidente do executivo sabe o que é que se passa à noite em Sines, mas tem havido extrema violência, tem havido sangue todas as noites em Sines, a polícia não atua, a polícia é chamada aos sítios, tem medo de ir, ou seja, o bar 6 há quinze dias esteve fechado porque a polícia não apareceu, teve que vir a polícia de Santo André. A pergunta que a CDU gostava de fazer era, para quando é que o executivo pensa em tomar medidas, em falar com o governo? -----

Outra questão que a CDU também gostava de colocar é em relação à habitação, ou seja, houve uma Assembleia Extraordinária só para o facto da habitação. Neste momento em Sines há pessoas a viver sem condições, o Presidente da Câmara na última pergunta que eu lhe fiz em relação ao número de habitações que a Câmara tinha em Sines, disse-me que eram trinta que estavam fechadas, eu acredito que essas trinta habitações seriam muito importantes para muitas pessoas do município que não têm condições para morar. Para quando a iniciativa de uma cooperativa de habitação, que é a única forma que a CDU vê de as pessoas conseguirem comprar uma casa?” ---

O deputado **António Roberto** diz “já várias coisas aqui foram faladas, mas há uma que é a questão da estrada da Cabeça da Cabra, mas nós falamos não só na estrada da Cabeça da Cabra, mas também a do Paiol e a do Casoto. Portanto, o que é que está perspectivado em relação a estas três situações, Casoto, Paiol e Cabeça da Cabra? -----

Uma outra questão que é a avenida General Humberto Delgado, em Sines, para fazerem a sinalização horizontal e não só, as passadeiras e não só, portanto falta pintar a estrada. -----

Uma outra mais ou menos no mesmo sentido. Quem vai àquela zona dos supermercados, percebe



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

as dificuldades de entrar e sair para ir para um supermercado. Portanto, é evidente ali também a falta, não é a sinalização de chapas, nem a sinalização dos pavimentos e também a iluminação. Portanto, é uma questão, quem vai àquela zona dos supermercados apercebe-se facilmente que falta ali qualquer coisa, nomeadamente estas questões que eu acabei de colocar. -----

Uma outra questão, há uma família que vive há muitos anos em Sines, salvo erro no bairro Primeiro de Maio, e é daquelas pessoas que vende farturas e coisas assim do género. Tem-lhes acontecido quererem fazer essa venda de farturas nalgumas iniciativas ali em Sines e ter-lhes sido recusado, enquanto aparecem outras pessoas, de outros lados, e são autorizadas”. -----

O deputado **Manuel Lança** diz “relativamente à questão do duzentos e vinte, eu passei ali há uns tempos, quando foi o lançamento da primeira pedra do projeto Pestana, aquilo ainda não estava vedado, a primeira fase estava vedada, na outra não estava vedado e vi qual era a diferença entre uma parte e outra, relativamente a este lote preparado para a construção que estava completamente fechado. Quer dizer, quase que não se vê o que lá existe, e as infraestruturas estão lá, algumas delas já foram vandalizadas, nomeadamente quadros elétricos, etc. por aí fora. Quer dizer, há coisas que não se consegue compreender, como é que com tanta falta de habitação que há e com tanta necessidade que há, de pessoas e se calhar com iniciativa para poder fazer a sua casa. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“Deputado **Paulo Freitas**, a data da abertura do centro de dia não está do nosso lado, está do lado da Segurança Social. Nós só estamos à espera de indicação e da marcação das vistorias e logo que a Segurança Social possa indicar uma data, estamos em condições de abrir o centro de dia, portanto não lhe consigo dizer a data precisa, porque não depende de nós, depende de outra entidade. -----

Relativamente à sinalização da Humberto Delgado, nós já insistimos com o empreiteiro que fez a obra, é de facto algo a corrigir, embora exista sinalização vertical, obviamente que as passadeiras não podem continuar assim, embora de facto exista uma sinalização, mas a outra é indispensável, principalmente à noite existem situações muito complicadas, já sensibilizámos e já exigimos que o empreiteiro faça aquilo que lhe compete, vamos ver o que é que é possível fazer. Relativamente às lombas não temos previsto nada, até porque queremos lançar o mais rapidamente possível a rotunda junto aos edifícios das antigas escolas primárias e essa análise será feita posteriormente, mas obviamente pode haver aqui outras soluções que não implique as lombas. -----

Relativamente ao loteamento Sul Nascente, as pessoas que tiverem as casas concluídas está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

garantido o saneamento, não há qualquer problema. O que aconteceu foi que a estação elevatória para aquela zona da cidade teve que ser reformulada, o preço inicial era de duzentos mil euros, neste momento é de quinhentos mil, tivemos que encontrar uma solução provisória com fossa, para uma ou duas casas até final do ano, e lançar a obra que eu julgo que o concurso até já foi lançado. Relativamente ao mercado e praça da República são duas obras que é nossa intenção lançar neste primeiro semestre, ou recorrendo a fundos comunitários se o quadro comunitário arrancar, mas se não for com o quadro comunitário, a Câmara irá contrair um empréstimo para antecipar o início da obra e depois recorrer aos fundos comunitários e reembolsar esse mesmo empréstimo. -----

Relativamente ao elevador que referiu, é verdade, fizemos essa reunião, neste momento o orçamento mais baixo que temos para a obra do elevador são duzentos e cinquenta mil euros, custa mais do que custou o elevador. Portanto, isto é uma análise que vamos ter que fazer e naturalmente vou ter oportunidade depois de levar esta questão à reunião de Câmara para ser analisado. -----

Relativamente aos diversos investimentos que referiu: o investimento da Repsol está a andar, como sabe é um investimento de seiscentos milhões, é um projeto importante, felizmente as coisas estão bem encaminhadas, o investimento da Galp vamos ter uma reunião na primeira semana de janeiro, já começaram com as terraplanagens. A fase seguinte da obra é um pouco mais complexa, porque estamos a falar de cerca de dez licenciamentos. Portanto, são reuniões que vão ter que acontecer no início do próximo ano, mas seguramente é um projeto que vai ter continuidade. -----

Relativamente a outros projetos PIN que foram aprovados para o concelho de Sines, há um que para nós era muito importante e que tem a ver com o Green Steel, uma fábrica de aço verde, portanto produzir aço em fornos elétricos sem queima, que permitisse alavancar a movimentação do porto, não só a importação, como a exportação. É um projeto que me deixa preocupado, porque a energia necessária para esse projeto não está garantida pela REN e como sabemos a REN é uma empresa que não é portuguesa e assusta-me um pouco que investimentos feitos em Portugal possam estar condicionados por empresas cujo centro de decisão não está em Portugal, mas noutros países. Relativamente a outros PIN que estão neste momento a acontecer, o da Start Campus é o projeto que vocês conhecem, a primeira fase foi aprovada, a segunda fase não está aprovada, são necessárias alterações ao plano de urbanização das ZIL's que estão neste momento a ser avaliadas, mas julgamos que o projeto está em andamento. Um outro projeto que foi classificado também como PIN, é um projeto de uma fábrica de baterias da CALB, esse projeto necessitava de uma área que a AICEP Global Parques não tinha disponível, houve necessidade de transferir os terrenos que



Almyri

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

estavam na posse do ICN, foram expropriados às pessoas, aos proprietários de Sines e desta região e que serviam durante anos para as entidades retirarem rendimentos, nomeadamente para retirar pinhas, para tirar resina, ou outras coisas. Portanto, só agora é que passaram para a gestão do IAPMEI, estão dentro de uma zona industrial e vão ser utilizados para indústrias como deveria ter sido sempre esse o foco. Essa questão tem a ver com o lote que têm de ser criado, de cerca de cem hectares, as coisas do meu ponto de vista estão bem encaminhadas, mas até às eleições duvido que haja grandes tomadas de decisões a este respeito. Depois, existem um conjunto de outros projetos PIN que estão neste momento a ser analisados, uns que serão mais importantes que outros, mas neste momento é este o ponto da situação que posso fazer. -----

Relativamente ao aumento da criminalidade, nós já tínhamos sinalizado essa questão, eu próprio tive uma reunião com o senhor Ministro da Administração Interna, onde focámos esta questão, focámos a questão do aumento de trabalhadores e a possibilidade destas questões se agravarem, e dissemos ao Ministro que era absolutamente essencial a construção de um novo quartel para a GNR. Eu penso que a semana passada essa localização já foi dada, vamos ver agora como é que o processo decorre, mas isso era absolutamente essencial, não apenas para darmos condições aos profissionais que lá estão, como também a possibilidade de ter mais profissionais, aliás como aconteceu um pouco com a Polícia Marítima que criaram dormitórios e possibilitaram que mais profissionais viessem para o concelho. -----

Relativamente às questões colocadas pelo deputado **Gil Gonçalves**. Relativamente à questão da reestruturação tem muito a ver com a ligação entre Sines e Porto Covo. O que acontece é que há cerca de dezasseis anos foi feita uma ligação nova e em vez de se considerar a conduta toda por igual, houve um afunilamento, ou seja, a conduta que vem de Sines é de duzentos e vinte e chega ali a uma determinada zona, próximo do Burrinho e afunila. Portanto, a obra que vamos ter que fazer é aumentar o diâmetro dessa conduta para que mais água passe para Porto Covo e ao mesmo tempo criar um reservatório maior, de cinco mil metros cúbicos. Portanto, essa é a proposta que nós temos em cima da mesa, os projetos estão a ser feitos, de forma a que ainda este ano possa ser lançado esse concurso. Estivemos também a falar com um dos proprietários para que exista uma localização adequada para esse depósito de cinco mil metros cúbicos, tem que ficar à entrada, portanto entre São Torpes e Porto Covo, mas essa é a base do projeto inicial, haverá depois uma série de ligações de condutas que têm que ser feitas, mas que estão a ser trabalhadas. -----

Relativamente ao edifício da Ancorope, essa questão já tinha sido colocada numa reunião de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Câmara, há aqui questões que nos preocupam, temos agendada uma reunião não apenas com a Proteção Civil, como também com a GNR, uma vez que não há condomínio naquele prédio, portanto as coisas vão ter que acontecer de uma outra forma. Estamos a tentar ver qual é a melhor forma, a Câmara não tem capacidade de intervir, mas tem capacidade de influenciar, ou pelo menos conseguir um relatório que permita depois com esse relatório avançar para fases seguintes, mas é algo que me preocupa e que já foi sinalizado por mais que uma vez. -----

Relativamente ao senhor Presidente da Junta **José Pedro Arsénio**, a questão que eu depois percebi, colocada pelo senhor **André Luz**, tem a ver com duas questões distintas, uma coisa é as ligações, outra coisa é ter o Wi-Fi, isso é um assunto que vamos ter que resolver brevemente, vejo ali uma solução interessante para passarmos a ter também aqui no largo em Porto Covo, na zona histórica esse sinal de net. -----

Relativamente à comissão toponímica, já estive marcada duas vezes e foi desmarcada, mas em janeiro ficará de uma vez por todas resolvida, até porque há aqui questões que nos ultrapassam e que não percebo como é que tem que se dar nome de ruas a caminhos rurais. -----

Relativamente ao deputado **Miguel Pacheco**. Há pouco referiu que não toma medidas, eu já respondi, tomamos medidas não apenas com a GNR, como com o próprio Ministro e a Câmara está empenhada em de uma vez por todas arranjar uma solução definitiva para o quartel da GNR.

Relativamente à criminalidade, essa é uma questão que nos está a preocupar, mas obviamente nessa reunião que vamos ter com a GNR é um tema que vai ser debatido de forma a encontrar aqui soluções que minimizem estes impactos que são sempre negativos. -----

A questão da habitação, nós neste momento fizemos os últimos levantamentos para construção do primeiro bloco de vinte e quatro novos fogos, o projeto também está praticamente concluído. É um bloco junto ao CDH, ali próximo da escola Poeta Al Berto, e esperamos que venha a ter a candidatura aprovada, para se iniciar a construção ainda este ano. Para além disso, temos para lançar brevemente a reabilitação das casas na praça da República, casas que estão fechadas e que não têm o mínimo de condições. O projeto está concluído, portanto é apenas lançar o concurso, faltam cerca de dois milhões de euros para a totalidade da obra, mas isso é um problema que vamos ter que resolver com o IRU. Estamos também, de imediato, a tentar encontrar uma solução na ZIL 1, de lotes que passaram para a Câmara. Existem oito lotes que estão com uma estrutura em ferro, abandonados há alguns anos e estamos a estudar um projeto para construir cerca de dezasseis fogos, não poderão ser T3, são fogos mais pequenos, mas que podem dar aqui resposta, não apenas



Amor...
X

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

para alguma situação de emergência, como também para outras situações. -----

Deputado **António Roberto**. Referiu e bem que está no orçamento, Cabeça da Cabra, Paiol e Casoto são as três estradas que estão previstas, a questão das passadeiras também penso que já respondi, a questão junto aos hipermercados tínhamos o projeto praticamente concluído, a obra não foi lançada, na altura custava apenas trezentos mil euros agora custa quase o dobro, mas aquilo que referiu faz todo o sentido e já falámos nisso numa reunião que aconteceu há relativamente pouco tempo, de colocar ali uma solução de traço contínuo para impedir atravessamentos fora de mão, portanto é um assunto que tem que ser visto também rapidamente. -----

Essa questão que falou de uma família que vive há muito tempo em Sines e que foi recusado, nós normalmente temos regras para aquelas feirinhas que fazemos, portanto há inscrições, vou tentar perceber se houve alguma que se inscreveu e não conseguiu, mas gostava de saber que família é essa, se depois me puder dar o nome eu agradecia-lhe. -----

O deputado **António Roberto** responde “que a família é conhecida, sem querer ofender, por “Tira-Peles” e penso que vive ali no bairro Primeiro de Maio”. -----

Senhor deputado **Manuel Lança**, artigo duzentos e vinte, a última vez que lá estivemos e não foi há muito tempo, nada foi roubado ou vandalizado. Houve aqui só este problema com o empreiteiro, julgamos que este é um assunto que pode ser resolvido rapidamente. Estou em crer que tal como outros assuntos que já colocou, este é mais um que vai ser resolvido também brevemente. -----

A situação da pavimentação de Porto Covo que referiu, o projeto inicial que estava muito bem feito para aquele momento, mas ficou completamente ultrapassado, houve necessidade de o reformular, mas também já está concluído. -----

A questão da rotunda de São Torpes concordo consigo, é uma questão absurda. A Câmara ia fazer a rotunda e pediu autorização à IP, a IP disse: «sim senhor podem fazer a rotunda, mandem o projeto, mas nós não pagamos nada», essa foi a primeira resposta. Depois, conseguimos com alguma criatividade encontrar outras entidades que financiassem a obra. Foi lançado o concurso, a obra foi adjudicada e agora o que falta é apenas que uma parte dos terrenos da rotunda passem para a propriedade da IP, uma vez que a IP é a entidade que gere as estradas nacionais em de Portugal”. -----

O deputado **João Cruz** diz “nas assembleias em Sines estão habituados a ouvir o Presidente da Junta de Porto Covo a falar de uma forma apaixonada e hoje ouviram que afinal há mais pessoas apaixonadas em Porto Covo. Quando vinha a caminho desta Assembleia quase que adivinhei os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

assuntos que aqui iriam ser debatidos, bem como as respostas, porque sabíamos que iam falar aqui hoje da água e sabíamos que o Presidente ia falar uma vez mais num problema de uma conduta que tem um baixo perfil. Senhor Presidente, não é preciso ser engenheiro de hidráulica para perceber e saber que as condutas a cada x metros se não tiverem coadjuvante são problemáticas. Qualquer bombeiro, qualquer electricista, qualquer simples canalizador da autarquia podia dar esse parecer e o senhor escusava de andar aqui há tanto tempo com essa desculpa. -----

Relativamente a Porto Covo, há um assunto que eu já noutras assembleias trouxe, que é o estacionamento das praias. Disse-lhe aqui na última Assembleia que ali na praia da Samoqueira, a intervenção que foi feita no estacionamento era aglutinador, perdemos estacionamento, o senhor disse-me que está muito melhor. A questão é que continuamos a ter uma via em risco, que as pessoas estão ali constantemente a circular em risco, para os transeuntes, para crianças, utilizadores daquelas praias, temos inclusive ainda uma coisa, um fenómeno que é, quando nós não resolvemos as pessoas resolvem por si mesmo, que é, se havia um problema com o parque, neste momento as pessoas continuam a estacionar para a zona do Burrinho e por aí a fora e então deixámos de ter um problema de estacionamento para termos um problema ambiental, estamos ali a utilizar uma zona que supostamente não era para utilizar. A rotunda de São Torpes realmente é essencial, é necessária, mas tendo em conta o tipo de construção da rotunda e as derrapagens e referências, eu até tenho medo porque é que ligado a isso, uma obra que é tão ela essencial. -----

Resta-me apenas deixar uma palavra de apreço a todos os empresários e todas as pessoas de Porto Covo, é preciso ter muita resiliência e ter muita coragem para com as condições que este executivo faculta conseguirem fazer o vosso trabalho e continuarem a lutar diariamente”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz “já percebi que o senhor deputado João Cruz tem essa capacidade de adivinhar, mas de qualquer forma queria dizer-lhe que os técnicos que estão a trabalhar na questão da conduta de São Torpes, nomeadamente, o engenheiro Pedroso que é uma pessoa que tem já alguns anos de experiência, só agora encontraram uma solução para resolver aquele problema que tem a ver com aspetos técnicos que eu não vou aqui aprofundar, mas obviamente aquela conduta não está preparada para ter mais pressão, porque a partir do momento em que colocarmos mais pressão aí não vai haver água, não é um dia nem dois dias, Porto Covo vai ficar de facto com problemas ainda mais graves. Portanto, é uma solução que está a ser analisada pelos técnicos e iremos respeitar essa mesma solução. -----

Relativamente a época balnear é curioso porque eu recordo-me antes de 2013, o excelente



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

estacionamento que tínhamos junto ao forte da Ilha do Pessegueiro, na Samoqueira e nas restantes praias. O que temos hoje é um estacionamento disciplinado, não temos aquele estacionamento em cima da falésia junto ao forte da Ilha do Pessegueiro, os carros têm todas as condições de segurança. No caso da Samoqueira temos um problema que tem a ver com o parque natural, que impossibilitou a construção do parque que originalmente estava previsto, que levava o dobro das viaturas que leva o atual, mas contra isso nada podemos fazer. De vez em quando são feitas umas vistorias com apoio da GNR, no entanto a Câmara está limitada na sua atuação e não consegue encontrar outras soluções, mas de facto o investimento que temos feito nas acessibilidades às praias tem sido importante, na praia de Morgavel, na praia de São Torpes, na praia da Samoqueira, na própria praia Grande de Porto Covo com as acessibilidades e escadas novas, portanto é um trabalho que claramente é reconhecido por aqueles que nos visitam e também certamente por aqueles que aqui vivem”. -----

O deputado **Paulo Freitas** diz “não quero intervir, só quero dar um esclarecimento. A Ancorope já tem condomínio, nós votámos, salvo erro, em maio, já tem condomínio, equipamentos, tudo”.

C - Assuntos da ordem do dia -----

Ponto 1: Apreciação e votação da ata da Assembleia Municipal Ordinária realizada em 22-06-2023. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta se há alguma questão a colocar em relação à ata. Uma vez que ninguém quis intervir, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos deputados municipais presentes na sessão a que respeita a ata. -----

Ponto 2: Apreciação e votação da proposta de designação de Eva Sofia Nogueira Zambujo, para comissária da CPCJ e recondução das atuais comissárias da CPCJ designadas pela Assembleia Municipal: Daniela Sofia Pacheco Vilhena Louzeiro, Lénia Maria Martinho Santos e Maria Deolinda Moura do Ó Lourenço. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, diz “antes de analisarmos este ponto, quero informar que já depois de ter saído a ordem de trabalhos, a **Lénia Maria Martinho Santos** enviou-nos um e-mail a informar que terminava este mandato e não queria continuar, em termos de recondução, e a **Maria Deolinda Moura do Ó Lourenço** também nos informou nesse sentido. Portanto, o que nós propomos é o que está no ponto dois, nesta fase, e na próxima reunião Ordinária da Assembleia faremos a substituição destas duas comissárias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Portanto, há alguma questão que queiram colocar sobre este ponto?”-----

O deputado **Manuel Lança** diz “então vamos votar a constituição de uma comissão que não vai existir”? -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José** explica que “neste momento o que vamos fazer é a recondução dos elementos. Portanto, os elementos dizem que não querem continuar, a partir do momento que terminem o mandato”. -----

O deputado **João Cruz** diz “só uma questão para melhor entendimento. Então esta constituição que nós vamos votar vai ter quanto tempo de mandato? se eu bem entendi, as pessoas vão seguir o mandato até ao fim e é isso que nós estamos a votar”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, explica que “vão votar, com a informação de que a **Lénia** e a **Deolinda** pediram entretanto escusa e nós temos que garantir a sua substituição, o que só podemos fazer em fevereiro”. -----

O deputado **João Cruz** pergunta “as pessoas já estão demissionárias neste momento, é isso”? ----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, explica que “neste momento estão demissionárias, mas só quando nós as substituirmos termina efetivamente o mandato delas”. -----

O deputado **Manuel Lança** diz “acho que este ponto devia de ser removido”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, diz “acho que não e digo porque é que não deve ser removido. Porque, entretanto, nós temos que garantir já a recondução da **Daniela Louzeiro**, que se mantém, e a substituição da **Clementina Fragoso Pereira**, pela **Eva Sofia Zambujo**, ou seja, ao reconduzir esta equipa, a equipa fica completa para qualquer eventualidade. Em fevereiro, nós faremos esta substituição tranquilamente e fica já referido que, quer com a CDU, quer com o MAISines, ao nível da reunião dos líderes, nós vamos tratar disso em conjunto”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 6 votos contra do MAISines e 4 votos de abstenção da CDU.

Ponto 3: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para definição da participação variável no IRS para o ano 2024. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar esclarecimentos sobre o ponto em discussão.-



Alm.
J.
H.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz “a participação para 2024 será de três vírgula setenta e cinco e como sabemos a comparticipação máxima é de cinco por cento. A Câmara há dois anos atrás já tinha reduzido, de quatro para três vírgula setenta e cinco. O benefício fiscal para os contribuintes será de cerca de trezentos e doze mil euros, é aquilo que a Câmara deixa de arrecadar por ter esta taxa mais reduzida, comparativamente com a taxa máxima”. O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José** pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 6 votos contra do MAISines e 4 votos contra da CDU. -----

No seguimento desta votação, a deputada **Soraia Pereira** lê a seguinte declaração de voto, que se transcreve na íntegra: “considerando que as medidas apresentadas beneficiam os contribuintes com maiores rendimentos em detrimento dos de menores rendimentos, votamos contra a proposta de participação variável do IRS para 2024, por entender que com a aplicação desta, não se observa a equidade e justiça fiscal entre contribuintes e que as verbas alocadas a esta medida poderiam ser aplicadas na ajuda à intervenção social dos mais desfavorecidos, ou em alguns investimentos necessários para o concelho de Sines”. -----

No seguimento desta votação, o deputado **Paulo Freitas** lê a seguinte declaração de voto: -----

“Tendo o MAISines defendido desde o início deste mandato, de que em matéria de impostos, os Sineenses e Portocovenses deveriam ver os seus impostos revistos em baixa, e tendo em conta que o executivo aprovou para 2023, uma taxa de participação variável no IRS de 3,75%, e agora para 2024 decidir manter a mesma taxa de 3,75%, numa altura em que toda a população faz um esforço em relação à crise que ainda enfrentamos, e tendo em conta que houve encaixe adicional de receita em relação aos impostos arrecadados, acreditamos que a baixa da participação deveria ainda mais fortemente progressiva, para chegarmos ao momento em que a autarquia deveria abdicar da totalidade da participação no IRS dos seus munícipes. Isso, sim, seria um verdadeiro serviço público à população. A nossa visão de diminuição de impostos vai mais além do que a executivo”.

Ponto 4: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para definição das taxas de IMI para o ano de 2023, liquidação em 2024. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar esclarecimentos sobre este ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz “este gráfico permite ver a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

evolução do IMI ao longo dos últimos anos, aquilo que foi orçamentado, a azul, e aquilo que foi executado. Se repararmos, principalmente a partir de 18, 19, 20, 21, 22, a receita tem sido mais ou menos constante. Essa tem sido a nossa política, ou seja, se a receita subir significativamente, reduzir o IMI, neste caso há uma variável que não existia anteriormente, que tem a ver com o novo regulamento de benefícios fiscais, onde a Câmara considerou não apenas o IMI, como outros impostos. Nós vamos manter a dedução fixa para os sujeitos passivos com um, dois, três ou mais dependentes, mas teremos também novidade relativamente a outras questões, portanto vamos manter a taxa, zero vírgula trinta e quatro, mas na discussão do regulamento de benefícios fiscais vamos ter aqui algumas novidades”.-----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou a proposta à votação, a qual foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 1 voto de abstenção do MAISines, 4 votos de abstenção da CDU e 5 votos contra do MAISines. -----

No seguimento desta votação, o deputado **Paulo Freitas** lê a seguinte declaração de voto, que se transcreve na íntegra. “Tendo em conta que se mantêm as mesmas condições de aplicação do imposto, não faz sentido pôr para votar legalmente uma proposta que não baixa impostos à população. Mais uma vez, a proposta que aqui têm não se debate com as condições do concelho e numa melhoria das condições atuais. Continuamos a acreditar mais uma vez que a baixa de impostos devia ser contínua ao longo do mandato e não pontualmente e como falamos de impostos, porque não falamos de IMT? As câmaras socialistas de Vila Real e Vila Franca de Xira, estão pelos jovens no IMT, e tendo em conta que falamos de jovens que querem iniciar as suas vidas, tendo essa verba do seu lado e não na autarquia, seria sem dúvida um bom suporte”. -----

Ponto 5: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para definição da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) para 2024. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar esclarecimentos sobre este ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz “é manter a mesma taxa do ano passado”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta se há alguma questão que queiram colocar? Não havendo, então vamos passar à votação? Quem vota contra, quem se abstém? Está aprovado por unanimidade”.-----



Q. M. M.
P.
A.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Ponto 6: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, de definição da taxa de derrama em 2024 - Exercício de 2023. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, pergunta ao Presidente da Câmara se quer dar algum esclarecimento sobre o assunto em discussão. Depois, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, “diz que esta tem sido a evolução da receita arrecadada da derrama pelo município. Não temos no gráfico os anos de 2014 que foi zero, portanto a Câmara não recebeu qualquer derrama, 2016 um valor a rondar os dois milhões de euros, 17 e 18 foram anos melhores, superiores a quatro milhões, e depois a partir dali sempre a cair, 2019 não chegou a um milhão e meio, 2020 dois milhões, 2021 dois milhões e meio, 2022 foi dois milhões e meio e agora um pouco acima dos dois milhões. Isto para dizer que os impostos têm que vir vistos no seu conjunto, porque é impossível gerir uma Câmara com os gráficos como aquele que estamos aqui a apresentar. Ora, uma Câmara que faz um orçamento e que de um ano para o outro, como aconteceu de 2018 para 19, perde uma receita de cerca de três milhões de euros, para além da agravante de também ter perdido uma receita que era absolutamente essencial e que tinha a ver com o funcionamento da central termoelétrica. É por isso muito difícil gerir se não existir algum rigor na aplicação destes impostos. No entanto, tivemos em consideração, no caso da derrama, aquilo que é a dificuldade que as empresas têm sentido nos últimos anos e criámos, no âmbito dos benefícios fiscais, um novo patamar para as empresas que têm um lucro tributável entre os cento e cinquenta e os duzentos e cinquenta mil euros de lucro tributável, que deixarão de pagar derrama no nosso concelho. Portanto, neste momento a receita que a Câmara não recebe rondará os quarenta mil euros, nos próximos anos será superior a isso”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 7: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, referente ao Regulamento Geral de Taxas, Preços e outras Receitas do Município de Sines.

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar explicações sobre o ponto em discussão. -----



P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, diz que “este novo regulamento vem fazer com que aquilo que foram as novas competências passem a ter taxas, ou preços que anteriormente não existiam. Portanto, é um regulamento que foi atualizado, e relativamente às taxas que anteriormente já existiam, não existiram aumentos significativos, pelo contrário, houve algum cuidado com essas atualizações. Existiu sim a criação de novas taxas e de novos preços, que eram absolutamente essenciais, uma vez que a Câmara apesar de já ter essas novas competências não estava a cobrar qualquer valor. Sinteticamente foi isto que aconteceu”.-----

O deputado **Tiago Santos** diz “é salutar a criação de um regulamento, que é um documento que torna claro para todos e permite quem queira, ou quem seja afeto por esta taxa, num único documento ter acesso a toda a informação, sem ter que andar à procura, a consultar a lei e os regulamentos. Este é um documento que é totalmente claro, aplicável a todos e torna muito mais transparente a aplicação das taxas e facilitará muito quem pretende fazer a atividade no concelho”. Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 6 votos de abstenção do MAISines e 4 votos de abstenção da CDU. -----

Ponto 8: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines referente ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Sines. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar explicações sobre o ponto em análise. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, explica que “este é um documento de extrema importância, uma vez que permite de uma forma clara isentar total ou parcialmente uma série de entidades, não apenas pessoas, mas também empresas, algo que nunca existiu no concelho de Sines. Este documento já há algum tempo andava a ser trabalhado, é um documento que nos próximos anos pode ser aperfeiçoado e é um documento que vai acrescentar novos benefícios para além daqueles que a Câmara já atribuía, ou seja, a Câmara pelas taxas aplicadas em IRS, derrama e IMI já atribuía um total de cerca de um vírgula dois milhões de euros em benefícios fiscais nestes três impostos. Agora, cria a possibilidade de outras entidades, outras pessoas, poderem vir a beneficiar com este mesmo regulamento. Sabemos que passámos por um período complexo, onde a economia se tem ressentido, mas é importante dar um sinal também de apoio, não apenas à economia local, como também às famílias e às próprias associações do concelho e este regulamento permite congregar num único documento aquilo que são os benefícios



Alm.
P.
X

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

que essas entidades podem receber. Foi possível criar um regime de isenções a nível do IMI, do IMT, uma vez que decorre da lei, e também da derrama, para além de outros apoios. É, naturalmente, algo que muito nos orgulha, nomeadamente porque temos aqui apoios às famílias e jovens, temos apoios ao arrendamento para fim habitacional, temos apoios à reabilitação urbana e combate à desertificação, apoios de carácter ambiental, apoios a associações de solidariedade social, recreativas, culturais, desportivas e às cooperativas de habitação e construção, apoios ao património cultural e apoios ao investimento e desenvolvimento. Tentando de uma forma célere explicar algumas das decisões que foram tomadas, no IMI nós vamos ter aquilo que já foi visto há pouco na apresentação do imposto, portanto a redução de vinte euros para os sujeitos passivos que têm um dependente, quarenta para quem tem dois e setenta euros para quem tem três ou mais dependentes. A grande novidade é a tentativa de fixação de residências de jovens proprietários no concelho. E para isso o que a Câmara fez foi criar uma isenção total para jovens entre os dezoito e trinta e cinco anos, que beneficiam por um período de cinco anos do não pagamento de IMI no concelho de Sines. Esta isenção obviamente que está sujeita a dois critérios: por um lado que o valor patrimonial do prédio não seja superior a duzentos mil euros, portanto estamos a falar de um prédio urbano exclusivamente para habitação própria e permanente e que o seu rendimento não seja superior a quarenta mil euros, ou no caso do agregado familiar dividindo por duas pessoas, no caso de um agregado com duas pessoas. É algo inovador, é algo que obviamente foi muito ponderado, nós hesitámos ao analisarmos todas as possibilidades, inclusive do IMT e considerámos que aquilo que está a ser feito noutras câmaras municipais não é o mais correto, isentar o IMT. Podemos ter num ano dez ou quinze ou vinte pessoas a beneficiarem desse imposto, mas todos os outros que já têm casa e que têm dificuldades em pagar os impostos não iriam beneficiar, e como tal todos os jovens entre dezoito e trinta e cinco anos que vão beneficiar deste imposto não pagam IMI nos cinco anos seguintes ao pedido. Podem-me perguntar, «então alguém que tem trinta e quatro anos só vai ter o benefício durante um ano»? Não, vai ter o benefício durante os cinco anos e mesmo com trinta e cinco anos pode beneficiar até aos quarenta anos. Portanto, é algo que eu considero muito importante para aquilo que são as políticas de baixa de impostos, ou de atração de jovens para o concelho. -----

Há também um conjunto de outros benefícios que se mantêm no IMI, muitos por força da lei, por exemplo, a questão dos prédios urbanos que são arrendados para fins habitacionais, por exemplo, renda condicionada ou custos acessíveis vão ter uma redução de IMI de cerca de vinte por cento,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

também a própria Câmara Municipal em determinadas áreas do território que sejam objeto de operações de reabilitação urbana pode considerar uma minoração de trinta por cento do IMI, que podem vir a beneficiar também dessa redução do IMI, para além depois também de outras reduções que terão a ver com a eficiência energética e outro tipo de ecossistema. -----

Ainda no IMI, as associações sem fins lucrativos também beneficiam, obviamente estamos a falar daquelas que são legalmente constituídas no concelho de Sines e que desenvolvem as suas atividades, quer sejam na área da solidariedade social, recreativas, culturais, desportivas, beneficiam da isenção de IMI por um período também de cinco anos, com possibilidade neste caso de renovação, o que é também importante. Também para além disso, beneficiam os prédios que tenham interesse público, entre outros. -----

Ainda no IMI, outro tipo de pessoas coletivas podem também beneficiar de isenção total, ou redução de IMI em taxa ainda a fixar, neste caso mediante aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, por período também de cinco anos e que tenham diretamente a ver com a realização dos seus fins estatutários e diria que quer sejam de interesse municipal, quer desenvolvam atividades e/ou projetos de investigação na área da tecnologia científica ou do ensino, em que exista uma participação também em certas entidades do próprio município que seja pelo menos cinquenta por cento, que envolva instalação e financiamento em parques empresariais ou municipais e também em projetos de empreendedorismo ou incubação e promoção da atividade empresarial. Portanto, todas estas áreas vão ter um benefício em sede de IMI. -----

Em termos de IMT aquilo que consta no regulamento é o que decorre da lei, portanto as isenções que já hoje conhecemos, não só para associações sem fins lucrativos, como também para outras pessoas coletivas. -----

Na derrama como eu disse há pouco, também a grande novidade, ou seja, as pessoas coletivas de qualquer setor de atividade podem beneficiar de isenção total da derrama, como já vimos há pouco, aquelas que tenham volume de negócios igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros e também passam a ter isenção total as empresas cujo volume de negócios seja superior a cento e cinquenta mil euros e inferior a duzentos e cinquenta, mas tem que cumprir com outros critérios, nomeadamente nos últimos dois anos, no caso das microempresas, que tenham pelo menos um posto de trabalho, nas pequenas empresas três postos de trabalho e nas empresas seis postos de trabalho. Portanto, o volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros, como eu disse, igual ou inferior a duzentos e cinquenta para setores de atividade que a Câmara irá definir



António
P.
A.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

anualmente através da identificação dos CAE. -----

Por último, há um conjunto de benefícios nas taxas municipais de acordo com as regras que estão neste regulamento e que tem a ver com algumas taxas que, por exemplo, as associações, quer sejam de cariz social, desportivo, cultural, podem beneficiar, nomeadamente reduções de taxas de ruído ou outras. Portanto, há aqui também uma preocupação que essas mesmas instituições possam beneficiar dessas taxas. Diria que este é um primeiro documento muito importante para o concelho de Sines, não sei se existem no nosso país muitos municípios com um regulamento de atribuição de benefícios fiscais, mas isto era algo que há muito tempo ambicionávamos e que julgo que é importante ser aplicado nos próximos anos, porque tem em consideração um conjunto de impostos que obviamente são sempre penalizantes, principalmente o IMI para os mais jovens e obviamente quisemos dar aqui também um sinal no sentido de ajudarmos, nesta fase, também aqueles que estão a iniciar a sua vida ativa”. -----

O deputado **Ricardo Brito** diz “sobre este ponto, gostava de destacar a importância do documento, porque efetivamente traz a regulamentação de benefícios fiscais, traz aqui um instrumento muito relevante para a autarquia poder aplicar discriminações positivas, para tentar fazer face a algumas realidades importantes. Portanto, é um instrumento efetivamente importante e é importante que seja aprovado nesta Assembleia Municipal e que também ao longo dos anos seja um documento notável, capaz de integrar e adaptar-se às realidades muito dinâmicas do nosso concelho. -----

Eu gostava de destacar em particular a questão do IMI jovem, o IMI familiar também vem refletido aqui, mas a questão do IMI jovem, porque é efetivamente uma novidade, tinha sido, é aliás uma proposta da juventude socialista, é uma proposta pública, que na Assembleia Extraordinária que fizemos apenas para discutir habitação eu próprio referi e na altura também falámos da importância de ter um regulamento que permitisse este tipo de benefícios, e efetivamente esta isenção de IMI vem beneficiar e trazer aqui um benefício importante para os jovens que se fixam no nosso concelho e que conseguem adquirir uma habitação. E este imposto em particular é aquele que tem uma relevância, porque permite aferir e confirmar que é uma habitação própria permanente, permite limitar ao rendimento do agregado, porque obviamente não queremos um benefício para quem não precisa. Efetivamente esta aposta no IMI jovem, da isenção do IMI jovem é uma aposta muito importante e ainda bem que é feita, porque comparativamente a outros benefícios que se podem fazer é mais efetiva e chega ao público, no nosso entender ao público certo em contraposição, por exemplo, à isenção do IMT que tem sido discutido em algumas câmaras, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

verdade, a mais recente foi a Câmara de Lisboa, é verdade que há algumas câmaras do Partido Socialista que a consideraram, mas num partido com organização democrática, com cento e cinquenta e dois presidentes de Câmara eleitos, é normal que haja muitas opiniões e muitas estratégias diferentes, mas efetivamente, por exemplo, numa isenção do IMT de uma habitação de duzentos e cinquenta mil euros, aos custos ou às condições que neste momento são aplicadas aos créditos à habitação, estamos a falar de beneficiar jovens que tenham um rendimento líquido superior a dois mil euros e uma poupança de mais de trinta mil euros, isto nos bancos que oferecem as melhores condições. Portanto, é importante que também estes instrumentos estejam dirigidos a quem precisa, que sejam efetivos, porque esta parte também é importante, não invalida uma série de outros mecanismos que a Câmara também tem à sua disposição, ou pode ter à sua disposição, para fazermos face ao problema de habitação em Sines. Disse não só naquela Assembleia específica, mas em todas as assembleias, porque acho que todos consideramos que é um problema central e, portanto, também é fundamental que a par disto se execute a estratégia local de habitação e se pense noutros mecanismos em particular, para tentar aumentar o arrendamento no nosso concelho ou que o mercado de arrendamento funcione no nosso concelho, que haja arrendamento acessível, porque isso sim dará uma resposta muito significativa aos jovens e é nesse sentido que devemos trabalhar e, portanto, era essa nota que eu queria aqui deixar para este documento”. -----

O deputado **Paulo Freitas** diz “isenção até duzentos mil euros é o que está escrito no documento. Eu gostava de saber quem é que consegue comprar casas, jovens, acima dos duzentos mil euros. Essa é que acho que é a verdadeira questão. Estamos a falar aqui como se esta medida fosse abranger um grande e elevado número de pessoas, mas na realidade é um número muito reduzido, se calhar ainda menor que o número de pessoas que se encontra dentro deste programa. ----- É assim, a redução de IMI até vinte por cento para arrendamento a custos acessíveis. Mas quem é que vai arrendar a custos acessíveis só a partir de vinte por cento de redução do IMI? Estas questões é que tínhamos que refletir. Eu não sou contra o regulamento em si, atenção, não é nada disso que está aqui, é mais estas questões que nós fomos falando, o que é que vinte por cento, o que é que isso vai fazer de diferença? -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz “Eu percebi a intervenção do deputado **Paulo Freitas** e há aí uma nuance que é importante. É que este imposto, e acaba com a sua intervenção por me dar razão, é que esta redução não foi criada para as pessoas que vão comprar casa, este imposto foi criado também para as pessoas que já têm casa e que têm um valor



Amma
R.
X

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

patrimonial abaixo dos duzentos mil euros, e eu conheço muita gente que tem casa com um valor patrimonial abaixo dos duzentos mil euros. Portanto, o que nós quisemos foi dar um sinal a estes jovens, entre os dezoito e os trinta e cinco anos, que apesar de terem uma casa que pode ter um valor patrimonial de cem, cento e cinquenta, cento e oitenta, não interessa, podem usufruir nos próximos cinco anos dos benefícios que a Câmara dará. É só este esclarecimento”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 1 voto contra do MAISines, 5 votos de abstenção do MAISines e 3 votos de abstenção da CDU (o deputado **Miguel Nuno Prata Pacheco** não votou, dado que já se tinha ausentado da sessão). -----

No seguimento desta votação, o deputado **Gil Gonçalves** lê a seguinte declaração de voto, que se transcreve na íntegra. “Votamos contra esta proposta, sem prejuízo deste regulamento trazer alguns benefícios fiscais positivos. Uma das mais importantes propostas para a nossa população e que tem sido objeto de luta pelo MAISines não foi incluída, a isenção de IMT para pessoas singulares até aos trinta e cinco anos na compra de habitação própria e permanente até aos duzentos e vinte e cinco mil euros. Estamos a batalhar para conseguir esta isenção há dois anos e tem sido uma das nossas batalhas. Em sede de votação do orçamento o Presidente referiu que nesta reunião seria discutida e havia uma possibilidade de a incorporar quando viesse à aprovação deste regulamento. Agora, refere que o PS tomou a iniciativa de não mexer no IMT nas pessoas singulares, por já existir um benefício para os jovens no IMI. Contudo, a isenção de IMT é determinante, porque se refere ao momento da compra de casa, ou ao reembolso seguinte, onde é necessária a entrega de um maior montante financeiro, o que consubstancia uma das razões pelo atraso da independência de muitos jovens. A compra de casa é uma dificuldade extrema para muitos jovens de Sines que se encontram obrigados a atrasar a sua independência, mudarem de residência para um concelho vizinho, ou viverem os primeiros anos de vida em habitações sem condições de espaço, ou salubridade. A crise na habitação é uma das maiores crises que Sines vive atualmente, lamentamos que o PS não tenha querido dar este passo. -----

Esta proposta de isenção de IMT foi feita pelo MAISines formalmente na discussão dos orçamentos para 2023 e 2024 e já tinha sido referida na discussão do orçamento para 2022, e assim votamos contra”. -----

Ponto 9: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024/2028. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para prestar esclarecimentos sobre o ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz “as Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024/28 têm como base as sete áreas que temos considerado como as mais atuais, o desenvolvimento económico e atratividade do concelho de Sines, desenvolvimento local e social, saúde, segurança, resiliência e bem-estar, qualificação urbana, planeamento e ordenamento do território, sustentabilidade ambiental e urbana, promoção territorial, desenvolvimento turístico e valorização do património e modernização dos serviços municipais, transparência e inteligência. -----

No primeiro caso, desenvolvimento económico e atratividade do concelho de Sines, considerámos como relevante, e isso foi uma proposta que acabámos de incorporar no orçamento, a ponderação sobre a instituição de uma zona franca em Sines, aprofundar um primeiro estudo que já existe e que será objeto de análise numa das próximas reuniões de Câmara. A aprovação de um regulamento de incentivos fiscais e a revisão do atual regulamento de tabelas e taxas, como dois instrumentos fundamentais. Para além disso, nesta área, conclusão da expansão da ZIL 2 e a atribuição de lotes para novas empresas, são fatores muito importantes, do nosso ponto de vista, para a atratividade do concelho. -----

No desenvolvimento local e social, a questão da continuidade do programa de apoio ao arrendamento como fundamental, a implementação da estratégia local de habitação quer no programa 1.º Direito, quer a promoção de construção municipal de novas habitações sociais para agregados com carência habitacional e também os apoios que têm existido, apoios escolares, beneficiários com os alunos do primeiro e segundo ciclo, mas também as bolsas para estudantes do ensino superior como algo absolutamente essencial e para continuar a incrementar nos próximos anos. -----

Saúde, segurança e resiliência. Pensamos que é emblemático a construção do novo polo de saúde em Porto Covo, com mais ou menos atraso, é importante que Porto Covo termine este mandato com duas unidades, uma o polo de saúde, a outra o centro de dia, que são exigências de há muito desta população e que do meu ponto de vista são marcantes. -----

A questão da viabilização de uma unidade de cuidados continuados foi também contemplada nestas prioridades do município e também continuar o trabalho como foi falado há pouco pelos



Amu.
P.
A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

senhores deputados, tendo em conta o reforço de policiamento e também da proximidade para com os cidadãos, de forma a termos mais segurança no concelho. -----

Relativamente à qualificação urbana, a conclusão da revisão do PDM é absolutamente essencial, mas tão importante ou mais importante do que isso é começar a revisão do Plano de Urbanização de Sines e de Porto Covo, porque detetámos um conjunto de situações que têm que ser melhoradas.

Também a continuação da programação de respostas ao nível da habitação. -----

Do ponto de vista de projetos que à partida podem vir a ter financiamento de fundos comunitários, que estão preparados ou em fase final, há um conjunto de projetos que são importantes para o concelho, alguns estão aqui assinalados, outros não, mas que gostaríamos de destacar porque independentemente de alguns deles poderem vir a ser ou não concretizados nos próximos dois anos, haverá sempre a possibilidade e ao contrário daquilo que se passou connosco em 2013, de existir um conjunto de projetos que imediatamente podem ser lançados no próximo mandato. Estou a falar, por exemplo, da terceira fase da estrada da Floresta, a reabilitação da praça da República como já falámos, do mercado, o mercado do Porto Covo, que acabámos neste final de ano por conseguir um financiamento que embora insuficiente pode ser importante, a requalificação da envolvente do lar residencial da Cercisiago, reforçar o estacionamento em várias áreas da cidade, nomeadamente junto ao bairro Amílcar Cabral, a rua do cabo de Sines, a envolvente do antigo centro de saúde e também aquilo que já foi falado há pouco, a reabilitação de diversas estradas Paiol, Casoto, Cabeça da Cabra. -----

Também a requalificação do espaço que inicialmente eram armazéns e passaram a ser residências da Zona de Indústria Ligeira 3, a ligação rodoviária da baixa de São Pedro à zona industrial, a requalificação do próprio bairro Soeiro Pereira Gomes, a reabilitação que já falámos há pouco também da rotunda junto às antigas escolas primárias, uma nova estação da mobilidade para receber os vários meios de transporte coletivos e não só e também melhor acessibilidade ao espaço público e edifícios municipais. -----

Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental urbana, o reforço de abastecimento de água em Sines e Porto Covo é uma prioridade, tal como o reforço das redes de distribuição e também de saneamento. A melhoria da limpeza urbana e da recolha de resíduos também é uma prioridade, tal como a experiência piloto que vamos fazer a nível da recolha de biorresíduos urbanos na cidade de Sines durante o próximo ano. O melhoramento dos espaços verdes e ornamentais também será uma prioridade. -----



P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Do ponto de vista da promoção do território, desenvolvimento turístico e valorização do património, a criação da rota do património que já vimos há pouco, a nova intervenção na igreja da Senhora das Salvas, uma vez que o município conseguiu uma verba de quatrocentos e cinquenta mil euros, o que é naturalmente importante e também o apoio às associações de comércio local de Sines e também à associação que foi criada em Porto Covo, portanto, há aqui uma margem grande para trabalhar em conjunto. -----

Na modernização dos serviços municipais, transparência e inteligência, a promoção da formação contínua como prioritário, a criação de mecanismos de participação que venham incrementar a cidadania e a participação pública é o nosso objetivo também para o próximo ano, tendo em conta o orçamento de 2025 e também algum investimento em ações que possam dotar o município de ferramentas de gestão também da própria cidade e do concelho. -----

Do ponto de vista do orçamento, estamos a falar de um orçamento de cerca de quarenta e sete vírgula sete milhões de euros que tem uma desagregação de receita principal dos impostos diretos, das transferências correntes e outras transferências. No caso da despesa, o grande bolo é aquisição de bens de capital, despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços correntes. -----

Só uma nota importante. Tudo aquilo que nós aprovámos, há pouco, em termos de benefícios fiscais, vai totalizar, no mínimo, um milhão, duzentos e oitenta mil euros, repartido por pessoas singulares e coletivas. Não estão contabilizados nestes valores o regulamento de benefícios fiscais, que será um acréscimo e que só em 2025 é que teremos os resultados dessa aplicação”. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, **José Pedro Arsénio**, diz “queria começar por dizer que este ano, coisa que não tinha acontecido o ano passado, venho à Assembleia depois de ter contribuído para aquilo que é a construção do orçamento, e o Presidente aí está de parabéns, porque chamou as freguesias a tomar parte naquilo que é o orçamento. -----

Analizando o orçamento, percebo que todas as nossas reivindicações constam do documento. Portanto, se isto realmente em 2024 for concretizado, leva-me a crer que teremos um Porto Covo novo. Temos a reformulação da ETAR de Porto Covo numa rubrica própria, quinhentos e oitenta euros, o acesso às praias com cento e dez mil, a estrada da Cabeça da Cabra com quatrocentos e setenta e cinco mil já constava do orçamento de 2023, mas o que me preocupa é que aparece sem financiamento definido, o alargamento da rede de abastecimento de água não só a Porto Covo, mas também aquela reivindicação que defendemos que é alargar a rede de água à Cabeça da Cabra em termos de quantidade e também à zona da casa da Palha, da Serra de Baixo e fazer a ligação àquilo



Alm.
R.
A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

que é a Terça Parte. Mantêm cento e oitenta mil euros que é exequível e parece-me muito positivo. O facto de não falarem em específico deste investimento não quer dizer que ele não seja importante e que aquelas pessoas não tenham direito a ter acesso ao abastecimento de água. -----

Depois, também a intervenção nas estações elevatórias e há pouco foi focado aqui aquilo que é as infraestruturas enterradas e o grande problema que está, é que aquilo que vai sendo construído, vai sendo ligado àquilo que já existia. Portanto, é necessário fazer por direcionamento para a estação elevatória do Serro da Águia e aí deixar de haver tanto caudal naquilo que é a zona histórica de Porto Covo e ir tudo desaguar à estação elevatória da praia dos Búzios. -----

Depois, embora o mercado passe para a esfera municipal, não deixa de ser importante a sua requalificação e é importante que ele tenha a reabilitação. -----

Transmitir que é muito significativo o aumento do valor que aparece nas transferências para as freguesias. A freguesia de Porto Covo vai ver a sua esfera de competências alargada, é certo que não será de um dia ao outro que esta transferência surtirá efeitos, há um trabalho de adaptação e isso há-de ser feito e eu defendo que a descentralização deve resultar num claro objetivo de prestar um melhor serviço à população. Nesse aspeto, senhor Presidente, permita-me só que uma vez que o pavilhão multiusos vai para a Câmara, eu queria deixar uma nota e antes de assinarmos o documento, para que a Câmara repensasse ou analisasse bem a questão do pavilhão Multiusos, porque a descentralização e a renúncia ou a assunção dessa competência por parte da Câmara Municipal, leva-me a crer que pode vir a prejudicar claramente aquilo que é a população jovem da freguesia, de deixar de ter acesso tão facilitado como se a competência tivesse na Junta de Freguesia. Essa é a minha perceção, a Câmara Municipal entende que uma gestão integrada surtirá melhores efeitos, mas havemos de ter depois oportunidade de fazer o acompanhamento da descentralização. -----

Na questão dos arruamentos e da repavimentação das ruas, eu não consegui identificar rubrica própria e gostava que o Dr. Ricardo verificasse qual é a rubrica, para eu ficar com esses dados e qual é o valor que está incluído em orçamento. Está a conclusão do lote duzentos e vinte, que aparece com trinta mil euros e que no meu entender e transmiti isso ao Presidente na reunião, parece-me insuficiente para aquilo que é preciso concretizar ali. Aparece também o parque infantil no bairro Joaquim da Costa e é importante referir aquilo que também ficou a faltar. Ficou a faltar um claro objetivo na questão turística, portanto valorização do nosso território, há a rota do património, mas depois naquilo que é o turismo não se identifica mais nada e há muito trabalho a



P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

desenvolver-se nesta matéria de apresentar o concelho de Sines como um todo e de valorizar aquilo que temos de melhor para oferecer a quem nos visita e há um público imenso à espera que a gente os convide para vir e visitar o concelho de Sines. -----

Senhor Presidente, em termos de equipamentos desportivos, o pavilhão Multiusos precisa da requalificação, exterior e interior, e não se viu resposta sobre aquela questão do campo de Padel. Nós fizemos essa sugestão, a Junta de Freguesia ia concretizar esse investimento, demos três localizações e não tivemos resposta sobre essa matéria. E depois pedia também um esclarecimento sobre aquilo que é o equipamento desportivo mais antigo de Porto Covo, que é o campo de futebol e o que é que vamos esperar do município nessa matéria, uma vez que o clube está neste momento a todo o vapor a desenvolver a sua atividade. Permita-me também que, identificados que estão os investimentos ao nível das infraestruturas, levante aqui a questão muito mais desafiante que temos em mãos enquanto agentes autárquicos e políticos, que é evitar que daqui a vinte anos só apenas vinte e cinco por cento da população de Porto Covo tenha crescido e ser natural da freguesia, porque há um risco enorme de se perder as raízes, perder aquilo que é a cultura e aquilo que nos caracteriza enquanto localidade e enquanto povo que aqui reside e aquilo que se está a verificar é que grande parte, ou quase a totalidade dos jovens de Porto Covo, estão a procurar habitação, não só porque os preços são inacessíveis, mas também porque não há oferta de outras vertentes, de outras formas e preocupei-me com a sua intervenção no que diz respeito às habitações a custos controlados. Eu exerci funções desde 2009 até 2017 na Junta de Freguesia e sempre se falou que aquele lote serviria para habitação a custos controlados, no sentido de satisfazer uma procura que existe, que é necessária, que é urgente e que sabemos à partida que não é suficiente para colmatar este problema, mas aqueles dezanove lotes permitem atenuar, não resolver, mas daqui a vinte anos seremos certamente vinte e cinco por cento da população apenas, natural de Porto Covo e os que cá estiverem são maioritariamente idosos e isso não é bom. -----

Para terminar, estamos a falar aqui em termos de investimentos, entre dois milhões a três milhões de euros. No orçamento de dezassete milhões e percebendo que a freguesia de Porto Covo tem um impacto em termos de população residual, em termos de área é um quarto, portanto leva-me a crer que se fizer esta reivindicação, teremos todo o direito de reivindicar estes três milhões em dezassete milhões, mas fica em dívida o investimento de 2022 e de 2023 que não foi concretizado”.

O deputado **Tiago Santos** diz “quero fazer só uma referência em relação à proposta do executivo. Esta é claramente uma proposta ambiciosa, no entanto, é responsável e está de acordo com o



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

programa eleitoral que o Partido Socialista colocou à votação e que foi o eleito pelos portocovenses e pelos sinienses também. É algo que tem aqui um certo acréscimo de respostas às necessidades das oportunidades também que vão surgindo ao longo do tempo e é uma proposta acima de tudo que, e importa isto não esquecer, que agora vivemos tempos saudáveis e de equilíbrio financeiro saudável, é uma proposta equilibrada em termos de receitas e investimentos e temos essa confiança, até porque o executivo que aqui está tem provas dadas no passado, e eu não tenho o poder de adivinhar o que aí vem, nem sei a resposta que aqui a união de direita vai propor, mas presumo que até agora votaram praticamente em baixar taxas e impostos, acredito que agora vão dizer que o investimento é pouco, ou seja, querem reduzir a receita, mas isto estou a correr um risco porque ainda não sei o que é que o Movimento vai dizer, não tenho o poder de adivinhar, mas até agora recusaram ou tentaram baixar todos os impostos que eram possíveis, à exceção da derrama, e estou curioso para perceber o sentido de voto, visto que não se inscreveram”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia, eu gosto sempre de o ouvir falar, porque para além de defender sempre a sua dama, fá-lo sempre com muito entusiasmo, e eu já lhe disse se um dia estivesse no seu lugar fazia exatamente igual, ou se calhar ainda pior, mas devo confessar o seguinte: obviamente que a questão de Porto Covo não é uma questão que se possa ver apenas num período de um ano. Aquilo que Câmara fez em 2013, quando, por exemplo, o projeto a sociedade polis estava completamente afastada da realidade do município de Sines, foi muito importante. Nós reabilitámos essa parceria e conseguimos fazer uma série de investimentos de algumas centenas de milhares de euros, porque foi uma opção muito própria do executivo, ou seja, nós acreditávamos e acreditamos que os investimentos que possam ser feitos em Porto Covo, principalmente a requalificação das praias como eu falei há pouco entre outros, foram importantíssimas. Como transmiti nas primeiras reuniões da sociedade em que estive presente, é que tive pena de só ter surgido em 2013, porque grande parte dos investimentos já estavam programados e foi impossível conseguir realizar mais. Mesmo assim, muitos deles o município assumiu a totalidade do investimento, como, por exemplo o estacionamento junto à praia da Ilha do Pessegueiro. -----

Relativamente às questões da ETAR, dos acessos às praias e todos os investimentos que estão previstos, há aqui algumas questões que são pertinentes. A questão, por exemplo, da requalificação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

do mercado de Porto Covo, nós assumimo-lo, porque o investimento é demasiado elevado e estar aqui outra entidade a preparar candidaturas ou haver aqui alguma dificuldade, é preferível a Câmara, se conseguir fazer a obra, requalificar o mercado e quem sabe nos próximos anos voltá-lo a entregar à freguesia. Portanto, isso foi ponderado e julgo que foi a melhor decisão. -----

Relativamente à questão que focou do pavilhão. A questão tem a ver apenas com a coerência com que a gestão dos pavilhões municipais deve ter. Há naturalmente aqui um complemento importante deste pavilhão, mas isso nunca poderá pôr em causa a possibilidade dos jovens ou menos jovens de Porto Covo poderem utilizar o pavilhão. Portanto, tem que haver com um modelo, aliás o modelo que nós temos assente que ainda não está firmado, é que as limpezas, aquela manutenção diária continuava a ser assegurada pela Junta de Freguesia, mantendo também o papel importante que sempre teve na dinamização do desporto na freguesia. Portanto, eu não estou em crer que isto seja problema, mas obviamente iremos analisar da melhor forma. -----

A questão do equipamento de Padel, não houve ainda resposta, é verdade, porque há uma questão que para mim é fundamental. Por um lado, a questão do terreno onde está o atual campo desportivo. Como nós sabemos faz parte de um loteamento que é propriedade da Câmara, o loteamento diz que aquilo deve ser um espaço verde e nós também não queríamos ter aqui mais problemas do que aqueles que já temos em construir ali um novo campo e vamos ter que analisar isso muito bem. Obviamente que o atual campo desportivo, tal como já garanti, enquanto o clube continuar a praticar a modalidade está ali para ser utilizado, mas vamos trabalhar numa alternativa que tem que surgir a curto prazo, até porque embora tenhamos visões diferentes da utilização daquele espaço, eu continuo a acreditar que é possível criar ali um grande espaço verde para ser usufruído pelas pessoas de Porto Covo, mas também por aqueles que nos visitam, junto àquelas novas unidades hoteleiras. Será naturalmente objeto de discussão em reuniões que teremos com a Junta de Freguesia. -----

Relativamente à questão dos vinte e cinco por cento da população, obviamente que é uma questão sempre preocupante. Não vou dizer que aconteceu o mesmo em Sines, mas é verdade, quando da criação do porto, da refinaria, muitas pessoas que vieram para cá viver eram pessoas de outras localizações. Veja-se, por exemplo o caso da EDP, onde foi a própria empresa a criar um bairro e eu gostava que esse espírito também pudesse acontecer no futuro, ou seja, que as empresas pudessem ter um papel preponderante na criação de habitação. Eu próprio já falei com várias empresas, elas ainda não perceberam que aquilo que foi feito nos anos sessenta, setenta do século



Chm,
P.
X

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

passado foi um modelo muito eficaz, foi uma forma de fixar pessoas, porque nós não temos trabalhadores suficientes aqui no concelho, portanto para fixarmos pessoas que venham de fora temos que criar condições e as empresas têm que perceber que têm que ser parte da solução e não do problema, mas obviamente ainda temos aqui uma margem para trabalhar e julgo que isso será possível. -----

Relativamente à questão dos jovens de Porto Covo, eu prefiro falar dos jovens do concelho, quer sejam de Sines ou de Porto Covo. Portanto, um jovem que não consiga arranjar casa em Porto Covo e se conseguir em Sines, naturalmente que é importante para o concelho, o que interessa é que aqui fique. -----

A questão dos dezanove lotes. Não sabemos exatamente o modelo. Podemos chamar custos controlados, podemos chamar renda acessível, o importante é que seja a melhor solução do ponto de vista da viabilidade das construções, aliás, está incluído na estratégia local de habitação como sempre foi referido. -----

Relativamente aos investimentos de dois ou três milhões, são seguramente muito mais do que isso e se se incluir aquilo que já está feito, o valor é muito superior. Devo dizer também que não é possível fazer tudo, e deve ficar alguma coisa para os próximos executivos. E até podíamos estar a criar um problema, Porto Covo ficava um brinquinho, como diz, e depois ficava algo por fazer nos aglomerados que existem no concelho. Temos que ter uma visão equilibrada do território, portanto, vamos trabalhar em conjunto, que isso é o mais importante, de forma a conseguir concretizar esses investimentos.”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 6 votos contra do MAISines e 3 votos contra da CDU. -----

No seguimento desta votação, o deputado **Gil Gonçalves**, lê a seguinte declaração de voto, que se transcreve na íntegra: -----

“Este orçamento é uma manifestação de intenções relativamente ambiciosas, mas por agora não temos razão para crer que seja mais do que isso. A incapacidade de execução operacional que o PS tem revelado nos últimos anos, materializada na baixa taxa de execução orçamental, não nos pode fazer olhar para este orçamento e sobretudo para a capacidade de efetivamente o materializar em ações concretas com otimismo. Várias das intervenções do espaço público propostas pelo PS neste orçamento têm sido igualmente previstas em orçamentos anteriores, inclusivamente algumas



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

delas desde 2014, primeiro orçamento proposto pelo partido. Sem sermos exaustivos referimos a praça da República, o mercado municipal e a reabilitação do espaço rodoviário, rotunda e ilhas em frente ao edifício dos centenários. Não temos razões efetivas para acreditar que em 2024 o destino dessas intervenções vai ser diferente do que tem sido, independentemente das intenções manifestadas neste documento. Além disso, não ficamos convencidos com a maneira como este documento se pronuncia em relação a algumas dimensões que para o MAISines são absolutamente fundamentais para o presente e futuro de Sines: o grave problema de degradação do espaço público e a crise de habitação que se vive em Sines e no Porto Covo, freguesia que se observa também por uma necessidade urgente de intervenção e em pisos asfálticos. A título de exemplo, o PS continua a ignorar a nossa proposta de redução de IMT para jovens até aos trinta e cinco anos, na compra de habitação própria e permanente até aos duzentos e vinte e cinco mil euros, adotada por vários municípios portugueses, o que iria simbolizar uma poupança significativa no momento da compra da casa na ordem dos vários milhares de euros. Notamos a ausência também de uma estratégia concreta para a intervenção sobre as habitações municipais degradadas e de verbas suficientes para a manutenção de dignidade indispensável no parque habitacional do município que se encontra atribuído. O abandono, a questão, no caso dos habitantes do bairro do Farol, Travessa do Farol e bairro doze fogos também nos deixa insatisfeitos. Numa palavra, defendemos que a Câmara Municipal deve ter um papel muito mais presente, ativo e participativo na resolução da crise de habitação. É necessário colmatar de forma mais dinâmica as falhas do mercado. -----

Noutro prisma, não temos certezas de que as condições dos trabalhadores do município de Sines vão melhorar no próximo ano, é necessário investir de forma mais significativa em equipamentos, vestuário, proteção, de segurança e formação dos nossos trabalhadores, e não vemos essa intenção plasmada de forma clara neste orçamento. -----

Outras matérias em relação às quais temos chamado a atenção, como a ausência de uma estratégia clara em relação à pesca e aos núcleos rurais do concelho, cujas populações se encontram cada vez mais isoladas, também nos preocupa. -----

Falando na cidade de Sines, notamos a inexistência de uma visão estratégica para aproximar as populações das nossas duas freguesias, que vá além de iniciativas esporádicas e sem elo de ligação, nem para dar uma nova vida aos núcleos rurais que são objeto de pouquíssimas referências neste orçamento e cujas populações se sentem, como referimos, cada vez mais abandonadas. -----

Em relação ao desporto, não nos foi explicado até ao momento como vai ser alocada a matéria



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

relativa às dívidas de transportes dos clubes que nos foram comunicadas de forma surpreendente no ano passado e que poderão, eventualmente, ter de melhorar a situação orçamental nas contas destes clubes. -----

Não podemos deixar de notar que a participação da oposição em relação a este orçamento é meramente formal e simbólica, já que as propostas finais estavam prontas e praticamente inalteráveis, ainda antes da reunião do estatuto de direito à oposição”. -----

Ponto 10: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, referente ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Sines para 2024. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 6 votos a favor do MAISines e 3 votos contra da CDU. ----

No seguimento desta votação, a deputada **Soraia Pereira**, lê a seguinte declaração de voto, que se transcreve na íntegra: -----

“Da análise que fazemos ao documento grandes opções do plano e orçamento para 2024/2028, concluímos que o executivo PS, para dar resposta aos problemas da população e na prestação de serviços essenciais, vai continuar a privilegiar a contratação ao privado em vez dar estas repostas por administração direta dos serviços da autarquia. -----

A evolução do mapa de pessoal também fundamenta a nossa análise, onde o pessoal operacional mantém o mesmo número de trabalhadores e o total apenas aumentou em 12 lugares, comparativamente com o ano 2023; -----

Continuamos a verificar a não aplicação da opção gestionária aos trabalhadores da autarquia, que lhes permite progredir na sua carreira e na posição remuneratória em 6 anos ou menos, em vez os famigerados 10 anos obrigatórios. Opção gestionária está prevista na lei, é legal, e apenas dependente da coragem e opção política, na valorização dos seus trabalhadores. -----

O executivo PS continua a deixar deslizar vários investimentos importantes para o concelho de Sines, sendo que alguns continuam há vários orçamentos com financiamento não definido e outros, por opção, nem sequer são equacionados; -----

O executivo PS continua sem certezas em relação à aprovação do Plano Diretor Municipal de Sines de nova geração no ano de 2024, num período em que o concelho está em fase de grande transformação no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, que fosse ao encontro do Plano



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Regional de Ordenamento do Território, que proporcionasse desta forma a melhoria da qualidade de vida das populações. É de salientar que o atual PDM de Sines foi aprovado no período em que a CDU geriu os destinos da autarquia. -----

Por tudo isto, considerando as fracas execuções orçamentais realizadas ao longo dos últimos anos, os investimentos que continuam sem financiamento definido, a opção de não reforçar realmente o mapa de pessoal da autarquia, a opção de não valorizar os trabalhadores, a opção de continuar a privilegiar a contratação de serviços ao privado, o orçamento 2024 é mais um para não ser cumprido pelo executivo PS, infelizmente em prejuízo das populações do concelho de Sines, pelo que a CDU vota contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024 / 2028 e contra o mapa de pessoal”. -----

Uma nota final e a propósito das bolsas atribuídas. Apesar de só terem as bolsas universitárias, com certeza que existem outros mecanismos para dar resposta aos alunos interessados em frequentar o ensino articulado e que ficaram de fora por falta de vagas, num processo muito pouco transparente e explicado aos intervenientes sem fixação de quaisquer critérios, vagas disponíveis ou respetivos resultados. -----

Ponto 11: Apreciação da atividade, bem como da situação financeira do município de Sines, nos termos da alínea c) nº. 1 artigo 2º. e do artigo 19º. do regimento da Assembleia Municipal de Sines. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para prestar esclarecimentos sobre o ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz “de forma sucinta e respondendo indiretamente aquilo que referiu o deputado **Gil Gonçalves**, é nossa obrigação, diria é nosso dever, consultar as forças políticas da oposição e neste orçamento consideramos duas propostas que foram apresentadas pelo movimento MAISines na reunião que tivemos, no âmbito do direito da oposição que foram a criação de uma unidade de cuidados continuados e o desenvolvimento de um projeto para criação de uma zona franca. Portanto, essas propostas foram consideradas e colocadas no orçamento. -----

Quando à atividade do município, relativamente à divisão de administração e finanças, foram contratados, neste período, doze técnicos para as AEC's, um técnico superior para a cultura, quatro assistentes operacionais para a sinalização, obras e redes viárias, tudo por tempo indeterminado.

Relativamente às empreitadas em execução, muitas delas estão em fase de conclusão, mantendo-



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

se apenas o centro recreativo sineense e o skate parque, a reparação dos betuminosos está concluída, falta-nos a sinalização, a requalificação da ZIL 2 está concluída, o centro de recolha oficial de animais também está concluído e a empreitada do parque de merendas também. -----

Do ponto de vista das candidaturas apresentadas, duas notas muito breves relativamente à submissão de uma candidatura para o Radar Social, criação de equipas para projeto piloto, foi submetida recentemente, no mês de outubro, e que esperemos que venha a ser aprovada. Foi aprovada uma candidatura para reabilitação do Jardim das Descobertas, uma primeira fase naquela zona junto às árvores, um financiamento de cerca de sessenta e quatro mil euros. -----

Foram abertas as candidaturas para as bolsas de estudo a atribuir pela Câmara Municipal e mais uma vez volto a frisar aquilo que já disse numa reunião anterior, a Câmara Municipal atribui um valor de cerca de cem mil euros à escola de artes e a Câmara não se vai imiscuir naquilo que são as análises das candidaturas apresentadas, uma vez que é uma participada da Câmara e a Câmara está impedida de dar qualquer apoio, a não ser aquele que está definido por a lei e que tem a ver com as unidades de participação que a Câmara possui naquela instituição. -----

Relativamente a outras notas que me parecem importantes, passava apenas para a área do desporto, campeonato nacional de Surf de sub12 que decorreu entre doze e dezanove de novembro e o sétimo Trail da costa vicentina realizada no passado 26 de novembro, portanto um período de baixa, onde digamos trouxemos a Porto Covo mais de um milhar de participantes. -----

Do ponto de vista financeiro, duas questões que me parecem importantes, por um lado no caso das receitas um valor superior à receita arrecadada o ano passado, em cerca de um vírgula oito milhões de euros, em termos de comparação. Do ponto de vista da despesa, também há um crescimento superior a um milhão de euros. -----

Relativamente à dívida da Câmara, neste momento situa-se nos oito milhões de euros. Portanto existe mais uma redução, comparativamente com o mesmo período de 2022. Quanto à margem disponível, que é aquilo que pode ser realizado através de empréstimos para as rubricas que no orçamento estão como “não definido”, temos uma margem de nove milhões, que é aquilo que é permitido, tirando os empréstimos que já estão contraídos. Portanto, teremos à partida uma margem interessante para recorrer nos próximos tempos. O prazo médio de pagamentos é de cerca de quinze dias, portanto continua um valor muito baixo, os fundos disponíveis superiores a cinco milhões de euros e desde maio de 2021 que a Câmara deixou de ter pagamentos em atraso. ”. ----
O deputado **Manuel Lança** diz “isto é um clássico. Fala-se sobre este assunto de dinheiros, é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

maravilha, quer dizer, está cheio de dinheirinho, mas muita coisa para fazer. Pronto, é só isto, tenho que dizer sempre isto, porque é verdade”. -----

A deputada **Soraia Pereira** diz “queria dizer que apesar de não me querer imiscuir no processo das vagas, peço resposta aos jovens que estão interessados na cultura, que o Presidente tanto promoveu na feira de inverno. Os jovens estão interessados na cultura, significa que tem de dar resposta nesse tema”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. “Mais uma vez vou dar a mesma resposta. A Escola de Artes é uma associação de direito privado que tem órgãos próprios e é a esses órgãos que os munícipes têm que recorrer para manifestar alguma insatisfação relativamente a essas questões, embora como eu disse, há uma regra muito específica que impede o município de apoiar instituições que sejam suas participadas. Portanto, a lei define aquilo que são as unidades de participação e nós só podemos ter essa possibilidade, não há outra forma de o fazer”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, diz “não havendo mais intervenções, está feita a apreciação da atividade, bem como da situação financeira do município de Sines”. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à consideração da Assembleia se as deliberações desta podiam ser aprovadas em minuta, facto que foi votado e aprovado por unanimidade. -----

Assim, a 1ª. Secretária da Assembleia Municipal de Sines em exercício, **Andreia Filipa Lobato Monteiro Ferreira**, procedeu à leitura da ata em minuta, a qual foi votada e aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar foi dada por terminada a Assembleia ordinária de vinte de dezembro de dois mil e vinte e três, da qual se elaborou a presente ata. -----

Sines, 20 de dezembro de 2023,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines

Idalino Sabido José

1ª Secretária

Andreia Filipa Lobato Monteiro Ferreira

2º Secretário

Artur Licínio de Oliveira Martins

